



Ata da sessão ordinária da assembleia municipal de Tondela de 11 de fevereiro de 2020

Aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Tondela, no edifício do auditório municipal, com a ordem de trabalhos abaixo descrita.

Antes de ser dado início à sessão, tomou posse o membro Martinho Loureiro, em virtude do membro Marta Marques ter solicitado a sua substituição por um dia.

Iniciados os trabalhos pelo senhor presidente da mesa da assembleia, foram entregues na mesa três credenciais, uma do senhor presidente da junta de freguesia de Castelões, uma de Lajeosa do Dão e outra do senhor presidente da união de freguesia de Barreiro de Besteiros e Tourigo à luz da qual se fizeram representar, respetivamente, por Adérito Ribeiro, Firmino dos Santos e José Carlos Ferreira, de acordo com o exposto na alínea c) do artigo 18 da lei 75/2013 de 12 de setembro.

De acordo com a folha de presenças faltou o membro Ana Miroto, que justificou a falta, tendo sido considerada relevada.

1-Período de antes da Ordem do Dia

1.1Discussão e votação da ata da sessão ordinária de 19 de dezembro

Solicitou a palavra interveio o membro Rui Santos:

“Senhor presidente da mesa, restantes membros da mesa, senhores deputados, senhor presidente da câmara.

Queria dizer que até hoje, que me lembre, votei sempre favoravelmente as atas que nos foram aqui apresentadas. Mas como a forma como esta está redigida, não posso votar a favor. Em parte, se calhar, também tenho culpa, se calhar deveria tê-lo feito antes e não tenho dúvidas, acabei por ler a ata relativamente tarde, como aconteceu com várias pessoas, não recebemos o primeiro email, quando foi enviado a convocatória. Depois recebi. Isso acontece, pode ter acontecido por responsabilidade minha, pode ter acontecido pelo sistema informático da câmara. Acontece que há três pessoas do nosso



grupo que não recebeu o primeiro email, recebemos sim o segundo. Não estou a por culpas à Isabel, nem acredito que haja alguma intenção nisto. Que fique claro.

Primeira questão, foi aqui dada uma informação pelo senhor presidente da assembleia que está meia referida, no início da ata. Tinha-nos comunicado, aqui, que tinha recebido uma comunicação da DIAP, com uma acusação pública ao senhor presidente da câmara e ao senhor vereador. A ata refere apenas que era um assunto do senhor presidente da câmara e do senhor vereador e, portanto, foi remetido à câmara. Não estou a mexer nisto com nenhum prazer, mas o facto é um facto incomodo e existe. Aliás, vou dizer aqui o que disse com o senhor presidente da mesa, eu entendo que a decisão da assembleia se constituir ou não como assistente no processo, é uma decisão da assembleia e não da mesa, nem do presidente. Esta assembleia é o órgão máximo do concelho, como diz o Ministério Público, e é um órgão que tem poderes de fiscalização. Não tenho dúvida que o resultado de levantar esta questão levaria ao mesmo resultado, e, por isso, achei que na altura e porque não me satisfaz nada estar a mexer num assunto como este, que nos acaba por criar uma situação que não é nada agradável e ser mau para todos nós.

Da segunda parte, penitencio-me, porque parece haver aqui uma regra que já ma disseram, mas a culpa é minha. Mas é um bocado estranho que haja uma intervenção como aquela que eu fiz aqui e que seja remetida para o ultimo ou penúltimo anexo da ata e que é referida na intervenção do senhor presidente da câmara, como todo o direito que o fez, quer da senhora deputada Vera, mas no texto da ata. Se calhar a partir de agora deixo de entregar as declarações aqui e passo só a envia-las por email. Já algumas vezes me lembraram de a mandar, desta vez como não recebi nenhuma indicação, não o fiz. Até porque quem digitaliza e não estou a personalizar isto para por no fim, também o digitaliza para por no meio da ata. É uma situação perfeitamente semelhante. Se o problema é esse, resolve-se assim, em termos informáticos.

Nestas condições, não votarei favoravelmente a ata.”

O secretário da mesa, Sérgio Rodrigues tomou da palavra:

“Não me vou referir ao que está propriamente na ata, porque o que está na ata é o que está plasmado na gravação. Normalmente o que fazemos e tenho de assumir que os



Carla
SQ
JF

responsáveis pela ata são os secretários, a Isabel faz um ótimo trabalho e depois passa pela nossa mão. Não temos qualquer intenção de trocar ou deixar de trocar intervenções. Por acaso nesta ata, numa determinada situação até coloquei uma questão à Isabel se não se deveria dar uma volta à ata, atendendo que há pessoas que querem que as intervenções fiquem transcritas e depois não as enviam. Continuo a afirmar que fazemos o melhor possível, dentro do que nos chega e do que está na gravação. Não temos pesos e medidas para uns ou para outros e vamos continuar assim. Vamos é pedir às pessoas se querem que as suas intervenções fiquem transcritas, que no-lo enviem em suporte informático editável.”

O senhor presidente da mesa explicitou:

“Relativamente à situação de que o deputado Rui Santos fala em termos da assembleia ser ou não ser assistente. Como entendem tudo isto é uma situação nova. O documento foi-me dirigido a mim, que sou o presidente da assembleia. Tentei saber em termos jurídicos, porque são áreas que não domino, quais eram os procedimentos corretos que deveria ter, tendo em conta a assembleia municipal. Baseado nisso, tive as diligências que tive, como aqui foi manifestado e informei, como aqui estive à disposição de todos os deputados e, portanto, penso que fiz aquilo que é correto. Se há dúvidas sobre isso, a assembleia é soberana, ou nos “assuntos de interesse para o concelho” abordam esse assunto ou se entendem que é sobejamente importante, que seja agendado numa assembleia municipal, para que fique tudo bem esclarecido. Agora, que houvesse alguma intenção da mesa em relação a algum procedimento, não. A nossa intenção foi esta, é uma situação nova, nunca lidámos com ela, juridicamente aconselhámo-nos, mal ou bem foi esse o conselho que seguimos e os procedimentos que nós fizemos.”

Colocada à votação, a ata de 19 de dezembro foi aprovada por maioria, pelos presentes na assembleia de dezembro. Votaram contra os membros: Rui Santos, Jorge Batista, Martinho Loureiro, Mário Barreira e Francisco Coutinho.

1.2. Discussão e votação da ata da sessão extraordinária de 15 de janeiro



Não tendo havido intervenções, a ata da assembleia extraordinária de 15 de janeiro foi colocada à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade pelos presentes naquela reunião.

1.3. Leitura de expediente

Foi presente o livro “O estatuto do direito de oposição nas autarquias locais”; emails enviados pelo Grupo Parlamentar “Os Verdes” com questões dirigidas ao governo, no âmbito: “Recusa do Centro Hospitalar de Tondela – Viseu em prescrever o transporte não urgente de doentes” e “Estratégia nacional de para a cidadania”. Correspondência enviada pela Associação Nacional de Assembleias Municipais, com síntese jurídica e *clipping* de legislação. Relatório de atividades da CPCJ no ano de 2019. Relatório financeiro e de atividades da câmara desde a ultima assembleia até à presente data.

1.4. Exposição oral pelos Membros da Assembleia

Iniciou este ponto da ordem de trabalhos, o grupo parlamentar do CDS, com o membro Abílio Rodrigues dos Santos que apresentou um voto de congratulação ao arqueólogo Cláudio Torres, “por tudo o que tem feito por Tondela, Portugal e pelo mundo”. anexo 1.

Continuou com a intervenção intitulada “Acabam as investigações a políticos – ordens da PGR limitam atuação do Ministério Público”. Anexo2.

Continuou de seguida e referiu:

“Estive para não apresentar esta intervenção, mas depois do melhor presidente da Republica que tivemos em Portugal, para mim, o General Ramalho Eanes, dizer que vê a democracia ameaçada com corrupção, meus amigos, parece-me que o que ele vê, todos nós estamos a ver.”

De seguida foi a vez do grupo parlamentar do PSD, com o membro Regina Coimbra que tomou da palavra com a intervenção que se transcreve:



“Boa tarde,

Boa tarde, Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Sr. Presidente da Câmara, restantes elementos da mesa, Srs. Vereadores, Membros da Assembleia Municipal,

Comunicação Social e a todos os presentes!

A requalificação e alargamento do Serviço de Urgência e a construção do Centro Hospitalar Tondela Viseu têm estado no centro das preocupações de todos nós!

A minha intervenção de hoje prende-se com mais preocupações ao nível de respostas na área da saúde, designadamente na área da Saúde mental – Departamento de Psiquiatria do Centro Hospitalar Tondela Viseu.

Na área da Saúde Mental, Portugal é um dos países da União Europeia com maior prevalência de perturbações psiquiátricas. Os dados sobre a prevalência de perturbações psiquiátricas, de acordo o Estudo Epidemiológico Nacional de Saúde Mental, mostram que mais de um quinto das pessoas entrevistadas apresentou uma perturbação psiquiátrica nos 12 meses anteriores ao estudo.

Estes dados colocam Portugal com uma das mais elevadas prevalências de doenças psiquiátricas na Europa. Portugal apresenta dos valores mais altos nas perturbações da ansiedade e nas perturbações depressivas.

Assim e quanto ao Departamento de Psiquiatria, as preocupações prendem-se com:

- O edifício onde se encontra este departamento é muito antigo e as intervenções até agora levadas a cabo apenas têm servido para remediar pequenas situações pontuais;



- O edifício concentra todo o tipo de equipamentos e/ou materiais fora de serviço que, ficando ali depositados, contribuem para o aparecimento de pragas (ratos, baratas e formigas);

- A construção da ala de Psiquiatria do Hospital de São Teotónio tem sido uma promessa constante ao longo dos anos, praticamente desde a apresentação do projeto inicial daquele hospital;

- Consta que o Centro Hospitalar se prepara para investir novamente no atual edifício onde funciona a Psiquiatria, mas para quando??? Mais promessas que não passam de promessas!!!

O Serviço Comunitário de Psiquiatria do Hospital S. Teotónio (agora parte do Centro Hospitalar Tondela Viseu) tem mais de 40 anos e o serviço de acompanhamento ao domicílio é amplamente reconhecido em Portugal e no estrangeiro, onde é visto como exemplo do caminho a seguir nestes tratamentos.

Posto isto, é urgente que o Governo, no imediato, avance com o melhoramento das condições dos Serviços de Psiquiatria do Hospital de São Teotónio, proceda à desinfestação do local de forma a garantir que não existe qualquer tipo de atentado à saúde pública e inicie o processo para a construção da ala de Psiquiatria do Hospital de São Teotónio em Viseu.

Perante o exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, através da Ministra da Saúde, colocamos as seguintes perguntas:

1. As condições de funcionamento dos Serviços de Psiquiatria em Viseu são do conhecimento do Ministério da Saúde?

2. Que medidas pretendem por em prática para melhorar as condições de trabalho daqueles profissionais e utentes, nomeadamente no que toca à desinfestação do local?



Handwritten signature and initials in blue ink.

3. Tem o Ministério projeto e data proposta para o início das obras de construção da prometida ala de Psiquiatria do Centro Hospitalar Tondela Viseu de forma a dar condições de trabalho dignas aos utentes e aos profissionais de saúde que diariamente ali trabalham?

A Unidade de Saúde Familiar de Tondela

O edificio onde se encontra a Unidade de Saúde Familiar é muito antigo e as intervenções até agora levadas a cabo apenas têm servido para remediar pequenas situações pontuais;

Os profissionais trabalham em condições que são muito básicas: falta de aquecimento, o aquecimento é remediado com aquecedores que são propriedade dos profissionais, falta de água quente, puxadores de portas que no estado em que se encontram deixam profissionais trancados no próprio gabinete, entre outras situações...

Face ao exposto, será que já está previsto ou não um reforço financeiro para avançar com a obra nesta unidade de saúde familiar????”

Continuando os trabalhos, o membro Guilherme Duarte endereçou os parabéns ao Dr. Rui Santos, pela sua recente eleição como presidente da concelhia do PS. Referiu, igualmente, que o grupo do PSD subscrevia o voto de congratulação apresentado pelo membro Abílio dos Santos.

Continuou, com a intervenção que se transcreve:

“Cumprimentos,

“Mudam-se os tempos, continuam as promessas”, podia ser um bom slogan para o IP3.

Ano Civil de 2020, e as duvidas persistem, novo Ministro e as duvidas persistem, concretamente continuamos sem saber ao certo quais os projetos de intervenções e qual o prazo final de execução da obra de requalificação do IP3.



Os Autarcas, têm de ter um papel preponderante, junto de um governo que hoje insiste em não dar resposta a este problema, como também faz questão de o empurrar com a barriga para a frente, pondo em causa diariamente a segurança de todos os utentes que frequentemente usam este Itinerário.

Para o PSD, vincamos de forma clara, a dedicação, o empenho e a clareza que o Sr. Presidente do Município de Tondela, tem tido ao longo de todo este processo sobre a intervenção no IP3.

Para as populações e empresas sediadas do Concelho de Tondela, é importante que lhes possamos dar garantias de qualidade de vida, e neste caso em concreto, garantias da melhoria das acessibilidades ao nosso Concelho, exigindo assim que nos 60 KMs previstos para duplicação de vias, os 20 KMs que atravessam o nosso concelho, saibamos quando se pensa intervir, como se pensa intervir e qual o prazo de conclusão da intervenção?

Estas devem ser as preocupações, que eu acredito e peço, em nome da bancada do PSD, que estejam na agenda do Sr Presidente do Município, o que infelizmente já não posso pedir ao Partido Socialista, porque no que toca a uma agenda de mobilidade, a do Partido Socialista tem outros objetivos.”

O membro Agnelo Laranjeira tomou da palavra, com a intervenção que se transcreve:

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Tondela e restante mesa

Senhor Presidente da C.M. Tondela

Senhores deputados desta Assembleia

Comunicação Social presente

Minhas senhoras e meus senhores

Aprovado o orçamento de estado para o ano de 2020, documento indicativo, por excelência, da política económica do governo e que influencia direta e indiretamente a



Cláudio
R
B

vida quotidiana de todos nós, é imperioso que se faça uma profunda reflexão sobre tal documento.

Sendo este o 5º orçamento da “era Centeno” seria expetável, ou talvez não, que ele se libertasse do jugo da esquerda radical e desse, definitivamente, um sinal claro de aposta no desenvolvimento do país.

Mas tal, mais uma vez, não aconteceu.

Estamos perante um orçamento que, verdadeiramente, não responde às necessidades reais do nosso país.

O atual governo tem-se limitado a adiar reformas, a varrer para debaixo da tapete os problemas que vão surgindo, culminando com discursos “cor-de-rosa” onde meias verdades são elevadas à condição de factos indesmentíveis.

Mas, já que falamos de factos, há que lembrar os seguintes:

. O saldo externo português voltou a agravar-se, ou seja, o saldo das importações continua a superar as exportações. É bom lembrar que esse foi um dos fatores que precipitou a entrada dos credores no nosso país;

. A cobrança de impostos é cada vez mais elevada e o investimento público caiu para patamares inimagináveis;

. A degradação e o desinvestimento nos serviços públicos é hoje uma realidade indesmentível, com destaque negativo para a saúde cuja ineficácia atinge, essencialmente, os mais desprotegidos;

Infelizmente, muito pode ser referido sobre a falta de ambição e sobre a incapacidade do Orçamento de Estado para o corrente ano, em alavancar o progresso, o desenvolvimento e o bem-estar das nossas populações.

Esperavam-se medidas concretas, objetivas e necessárias para o país corrigindo injustiças, promovendo a melhoria das condições de vida e reforçando a coesão territorial do nosso país.



Cleu
R
JS

Perante o aumento de impostos dos contribuintes, o Estado deveria garantir o funcionamento de serviços públicos de qualidade, nomeadamente na Educação, na Saúde, nas Infraestruturas, na Justiça e, neste caso particular, não se limitar a aumentar o salário dos juízes ou a “calar” o Ministério Público.

Sabemos que o equilíbrio orçamental é fundamental, pois que uma situação deficitária poderá contribuir para o endividamento das gerações futuras, a exemplo do que aconteceu no passado com má memória.

Todos desejamos que este passado / recente não se volte a repetir, mas não percebemos o motivo que levou o governo a apresentar e a projetar no Orçamento de Estado para 2020 um “excedente orçamental” de 0,2%...

É justo, então, questionar:

- Estamos ou não, num contexto claro de recuperação económica?
- A ser verdade, deveria ou não, haver um desagravamento fiscal?
- Com esta medida não aumentaríamos o poder de compra e, em consequência, o alavancar da economia?

Ao contrário, o governo aumenta a carga fiscal – direta e indireta – dando com uma mão míseros aumentos, que se desvanecem imediatamente na outra mão sobrecarregada com tantas contribuições, e tornando, deste modo, os portugueses e as empresas cada vez mais pobres.”

O membro Arménio Marques interveio:

“Excelentíssima Mesa, senhor presidente da câmara, senhor presidente da assembleia, senhores deputados.

Relativamente ao que já foi aqui dito, de que as obras do IP3 nunca mais se vão iniciar, hao-de iniciar-se. Senhor presidente da câmara, nas entradas do IP3, desde outubro, e será que os partidos merecem tanta consideração, estão expostos os placards publicitários, há já tanto tempo! Queria advertir que parece mal pelo tempo que estão



Ceul
QR
Diz

colocados, tanto os que tem publicidade como os que aqueles que já nada têm. O vento já arrancou muita propaganda, estando ela no meio da rua e debaixo dos carros. Ficando os mais pesados nos locais.

Os placards despidos, uma vez que parecem mal estarem nas rotundas, dava uma sugestão para serem colocados para monumentos ou zonas industriais, para que ficasse mais bonito.”

O membro Vera Machado interveio:

“Só para reforçar o voto do PSD relativamente ao voto de congratulação ao Dr. Cláudio Torres, dizer que inclusivamente a Câmara Municipal já lhe atribuiu uma medalha de mérito cultural. Claro que votaremos a favor.”

Seguidamente, foi a vez, do grupo parlamentar do PS, tendo iniciado o membro Paulo Albernaz, com a intervenção que se transcreve:

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Caros Membros da Mesa da Assembleia Municipal

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal

Cara Vereadora/Caros Vereadores

Caras (os) Colegas de Assembleia Municipal

Comunicação Social

Como Professor de História que sou, há mais de 30 anos, tenho com o passado uma relação natural e muito especial. Relação natural e especial porque não passadista, porque não saudosista, mas antes operativa e prospectiva. O passado é, pois, para mim um real e efectivo contexto de trabalho que nos permite olhar os tempos vindouros de forma racional e prospectiva. Partindo deste meu pressuposto dei por mim a reler um excelente artigo publicado, na revista do *Expresso*, por Jorge Nascimento, intitulado “O mundo de amanhã aqui à porta” de que destacarei três dos seus seis itens, extrapolando-



os para o contexto do meu, do nosso município. Assim irei transpor e extrapolar para o contexto municipal de Tondela os seguintes itens:

- 1) Um planeta mais grisalho e a transbordar de gente;
- 2) Uma combinação de alto risco: emergência climática e pressão sobre recursos vitais;
- 3) Embrulhados em dívida como se não houvesse amanhã.

O primeiro item, na sua abordagem inicial (contexto planetário) afirma que “o mundo vai estar cada vez mais povoado, pelo menos até perto de 2100, mas também mais urbano e envelhecido”. Como todos concordaremos o teor deste item aplica-se de forma directa ao nosso Concelho, contudo o crescimento urbano que vislumbramos, para os anos vindouros será feito à custa da desertificação dos nossos territórios contíguos, sem que se consiga ver qualquer medida para lhe obstar. Pergunto eu: O que tem sido feito para fixar as populações nos seus territórios? Qual é a previsão populacional para a próxima década no nosso Concelho? Podendo parecer demasiado ambicioso, afigura-se-me útil e ponderoso que consigamos desenvolver um modelo de aferição destes números sob pena de andarmos a fazer investimentos “tolos” e absolutamente desadequados: lembremo-nos, v.g., da proliferação, em tempos idos, de espaços denominados de polivalentes que hoje estão invariavelmente às moscas. Por seu turno, será conveniente começarmos a perceber o que é que estamos dispostos a fazer para enquadrar o envelhecimento da população. Vamos poder contar com o enquadramento familiar? Ou Vamos, apenas, contar com as instituições de solidariedade social? O município tem que gizar uma resposta e construir uma solução prospectiva.

O segundo item clarifica que “há cada vez mais sinais de uma trajectória de convergência dos riscos climáticos com a competição pelos recursos, da água, alimentação e energia”. Ocorre-me, desde já, avançar com uma dupla questão: Teremos nós pensado na premência desta trajectória? Estará o nosso território acautelado, por quem de direito, para obstar a esta trajectória de convergência? Parece-me, francamente, que não se tem pensado nesta trajectória de convergência dos riscos climáticos com a competição pelos recursos e decorrentemente as instâncias locais nada têm feito para



Handwritten signature and initials in blue ink.

acautelar essa perigosa trajectória. Quando olhamos para o Concelho os exemplos são mais que muitos: quer no que diz respeito ao tratamento de efluentes, quer no que diz respeito aos cursos de água, quer no que diz respeito à água para consumo humano, constantemente ameaçada por mau consumo e por factores externos que comprometem a sua potabilidade. Direi, sem temor, que a este respeito o nosso Concelho vive, mesmo, uma combinação de alto risco.

O terceiro item refere que “em 20 anos, a dívida global (abrangendo famílias, empresas, sector financeiro e Estado) saltou de 80 biliões para 250,9 biliões de dólares. Em percentagem do PIB mundial atingiu um pico histórico de 322% em Setembro de 2016”. Creio ser um exercício particularmente interessante e até clarificador podermos extrapolar este modelo de análise reduzindo-o à escala concelhia para tentarmos perceber qual tem sido a evolução financeira nas últimas três décadas de poder local para assim podermos enquadrar o impacto inicial da nossa adesão à Comunidade Europeia (1986). Salvo melhor e mais avisado entendimento, parece-me notório o desajuste entre despesas correntes e despesas de capital, assim como o seu somatório não tem reflexos patrimoniais que possam fazer de nós um território com sublinhados níveis de desenvolvimento. Entretanto se a isto somarmos os encargos da dívida teremos, seguramente, uma expectativa próxima e futura, porventura, pouco animadora e promissora. Direi mesmo, sem querer ser catastrofista, que tudo se complica quando admitimos e cito “ (...) um segundo nível de convergência, agora entre os desafios da mudança climática e grau de endividamento total tanto em países desenvolvidos como pobres fortemente fustigados pelos extremos climáticos”.

Quase a concluir esta minha breve reflexão quero, premeditadamente, socorrer-me de uma clarividente frase do nosso mais recente Cardeal D. José Tolentino Mendonça: “A ética do futuro pede que se ultrapasse o cepticismo ético que tem conduzido as nossas sociedades a uma espécie de astenia”, acrescentando de minha lavra que devemos entender/contextualizar esta astenia como sendo o enfraquecimento das funções de um órgão ou sistema. Assim sendo, facilmente concluímos que o que precisamos no Concelho de Tondela é de uma Ética do Futuro com uma decorrente actuação moral



completamente arredia de comportamentos asténicos, i.e., completamente arredios a fraquezas e a percursos titubeantes.”

Na continuação dos trabalhos, o membro Rui Santos interveio:

“Senhor presidente da mesa, restantes membros da mesa, senhores deputados, senhor presidente da câmara.

Queria começar por agradecer ao senhor deputado Guilherme pelos parabéns, mas quero dizer-lhe que na minha idade e na minha vida isso significa pouco. Só aceitei fazer isso, porque alguns camaradas meus me desafiaram e entendo isso como forma de intervenção cívica. Em Portugal há outras formas de fazer intervenção cívica, mas no final a que tem mais impacto talvez seja a intervenção nos partidos políticos. A minha intervenção foi sempre e muito mais agora, no sentido da defesa de algumas questões fundamentais quer de valores, quer de princípios que têm uma linha ética, que obviamente é minha, mas que faço questão de assumir.

Já tinha feito sinal e, obviamente, que nos associamos ao voto que o senhor Abílio aqui apresentou. É claramente merecido. De alguma forma, como já aqui foi referido, foi logo assumido quando a Câmara, no dia do Município, atribuiu e depois fez a entrega da medalha de mérito, e, portanto, acho bem que reconheçamos quem tem origem aqui e que tem um percurso que é de realçar e de fazer notar.

Só queria deixar duas ou três notas, em relação às questões que o senhor deputado Agnelo levantou em relação ao orçamento. Se lerem o Jornal de Tondela de amanhã, verão alguma coisa que escrevi sobre isso. Não sou um grande entusiasta dos excedentes, embora reconheça que alguma vez havemos pagar aquilo que devemos, não é que tenhamos de pagar tudo. A dívida pública, como foi muito criticado na altura quando um primeiro-ministro, que fez alguns disparates do meu ponto de vista, chamado José Sócrates, que disse que a dívida pública não se paga, gere-se. Subscribo esta questão que é clara. A única pessoa que disse que a dívida pública era uma coisa que ia falir um país, foi um senhor chamado David Hume, no século XVII, em Inglaterra, quando esta começou a fazer dívida, dizendo que a Inglaterra ia falir e até hoje nunca faliu.



Cláudio
R
Bis

Às vezes a memória é curta, queria-vos lembrar que governos do PSD e do CDS deixaram o país numa situação extremamente complicada a seguir ao governo da AD, que acabou em 1982, como a seguir ao governo que acabou em 2005. É melhor não falarmos nisso, porque isso já passou. Felizmente, ultrapassamos. Houve algumas asneiras. Não nos esqueçamos que houve uma coisa chamada crise mundial, que não justifica tudo, mas justifica uma parte. Devo dizer que este país não está como eu gostaria que estivesse. Também recebo relativamente pouco e pago bastante, mas o curioso é que todos os dados dizem que nós estamos bastante melhor, do que estávamos há cinco ou seis anos atrás. Se calhar é estranho é que se contrarie aquilo que é uma constatação, por mérito do governo obviamente, também fruto da conjuntura, obviamente. Mas, não vale a pena lutar contra coisas que são evidências e são reconhecidas. Aliás, é curiosamente nos últimos quatro anos, não sendo isso para mim uma questão absoluta de fundo, é curioso que foi a primeira vez que as previsões de um Ministro das Finanças, em relação ao deficit e outras coisas, foram cumpridas e superadas. Antes nunca foram. É estranho que se diga tão mal dessas coisas, não é?

Este orçamento não é aquilo que eu gostaria que fosse, não é. Mas, se calhar não é nada daquilo que dizem. Não vale a pena é fazer estas negaças de “agora baixamos o IVA” “não baixamos o IVA”, “Temos contrapartidas”, depois não havia, já era o saldo, com antecedentes de saldo para baixar a dívida externa, alias como foi aqui referido. A dívida externa global, porque a dívida externa em percentagem tem diminuído. Quando se diz isso e, depois, se verifica que não e, depois, era fácil, se calhar era, porque havia um congresso e dava vantagens ser muito da oposição. Depois quando chegou a altura, com alguma responsabilidade, se calhar retirou-se a proposta porque de facto não havia mesmo cobertura orçamental para o impacto com a baixa no IVA da eletricidade. Que eu gostaria que se pagasse menos e sobretudo, ao contrário do que o PSD defendia também fosse para as empresas, porque é um fator de competitividade.

Quero lembrar que quem elevou o IVA, de 6% para 23%, na eletricidade foi o governo do Dr. Pedro Passos Coelho, mesmo que às vezes nos custe ouvir isto, mas é verdade. Mesmo que houvesse algumas questões de contexto que fazia urgir para encontrar mais receitas. Até posso aceitar que sim, agora não se venha é demonizar aquilo



Cláudio
R
F

quando já se fez o mesmo e pior, esta é a questão. O orçamento funcionará como acontece todos os anos.

Estou mais preocupado como falaram aqui, saber se se concretiza ou não o que está previsto em termos de IP3. Se tem um ano de atraso ou dois anos, isso de facto preocupa-me. Não é um problema de orçamento. É um problema de como vai correr, em termos de execução. Preocupa-me saber que concurso públicos podem ficar desertos, como hoje está a acontecer muito. Preocupa-me que o concurso aberto, há cerca de um mês, para as obras da urgência do Centro Hospitalar, tenham o mesmo concorrente e que não haja impugnações de outros concorrentes, para não atrasar mais algo que é de absoluta necessidade. Isso preocupa-me. Mas não é só uma questão só orçamental, são outras questões que estão aqui.

Gostaria que fosse melhor, eu também gostaria. Mas, não sou eu que faço o orçamento e quando se faz um orçamento e numa democracia há obviamente negociações. Não há os proscritos e os não proscritos. Há pessoas que ganharam pelo voto o direito de representação no parlamento e de ter expressão. Depois é o problema das opções partidárias de cada um, estão no seu legítimo direito de fazer as opções e de defender as que entendem. Disse.”

O membro Vera Machado voltou ao debate:

“Queria só dizer ao deputado Paulo Albernaz, que a ética do futuro, em Tondela, por acaso já começou há muitos anos. A fixação faz-se com pequenos detalhes. Atrai-se investimento todos os dias. Faz-se diplomacia económica, todos os dias e gera-se emprego, todos os dias. A construção civil está à vista de todos, está em grande forma. No entanto, o modelo de fixação que nós conhecemos de Lisboa e do governo central aposta nas cativações, que não ajudou imenso o interior e a fixação. Apostou em passes sociais em Lisboa, porque há lá muita gente para votar. Mas, agora os 4 800€ que vão dar, vão fixar e vão encher novamente o interior de gente, porque que é isso vai fazer a diferença. Mas, esse futuro de fixação de pessoas faz-se com uma oposição que tenha também propostas alternativas. É da discussão que sai a melhor ideia e o melhor projeto.



Não a demagogia e folclore. Portanto, a ética do futuro pertence sobretudo ao povo, que é soberano no voto.”

Seguidamente, o membro Agnelo Laranjeira respondeu:

“Caro colega e deputado Rui Santos.

Ouçó sempre com muita estima e pode querer pelas suas palavras assertivas com sempre aqui nos presenteia e brinda nesta assembleia.

Mas, ao contrário daquilo que fez querer que o passado era passado e estava enterrado. Lembrou muito bem o passado, com uma memória muito assertiva também. Só lhe posso lembrar e falar um pouco do passado, que se as contas estão certas nos últimos quatro anos e neste ano em particular e há um superavit orçamental, se calhar poderemos pensar porquê, qual o motivo. Será que a governabilidade foi excelente? Será que a conjuntura internacional não o ajudou? Será que as cativações internas não foram um salto enorme para que esse déficit não fosse ultrapassado? Basta-nos olhar e fazer aqui um pouco de memória daquilo que se passa nas nossas escolas. Relembramos que há escolas a fechar por falta de assistentes operacionais. Há alunos, em Lisboa, que não têm aulas desde o início do ano. Então porque é que será? Não vamos falar na saúde, porque está tudo dito. Foi falado aqui e tem sido falado sistematicamente, basta irmos à urgência hospitalar e ver o que acontece no dia a dia. E, também, nas infraestruturas. O que é que o governo nos últimos anos tem feito, a nível de infraestruturas no país? Grandes infraestruturas têm sido lançadas, sucessivamente e quais foram as que foram concluídas? E, aqui bem perto, nomeadamente no Centro Hospitalar Tondela Viseu, no IP3 e outras similares. Não necessitamos ir a todo o país e ver como as captações forma feitas e todos os níveis.

Depois nos impostos, é evidente que se há governo que aumentou impostos, não vamos agora falar do Passos Coelho que aumentou o IVA da eletricidade de 6 para 23%, ou estamos com a memória muito curta de qual foi o motivo pelo qual o Dr. Passos Coelho subiu o IVA da eletricidade e outros? Termos de falar aqui do governo de José Sócrates? Vamos mais atrás e vamos falar de outros? Acho que não vamos fazer esse exercício de memória, se é isso que pretende.



Cláudio
R
S

Em relação aos 6 para 23% do Passos Coelho, questiono de quem é a culpa. Estávamos debaixo de quê? Aliás, fomos criticados várias vezes, pelo PS, que íamos para além da Troika. Por amor de Deus, quando tínhamos um deficit do tamanho que tínhamos, na altura, e agora temos um de 0,2% e estamos a ir para além de quê? Foi-nos baixado como foi prometido, por António Costa, o ISP dos impostos indiretos da gasolina e do gasóleo? Ou já estamos esquecidos que foi o mesmo António Costa que disse que a partir do momento que subiria exponencialmente o litro do gasóleo e da gasolina, baixaria imediatamente este imposto. Muito obrigado.”

2-Período da Ordem do Dia:

2.1. Apreciação das atividades da Câmara nos termos da alínea a) do nº2 do artigo 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro

O senhor presidente da câmara tomou da palavra:

“Boa tarde a todos.

Senhor presidente da mesa, membros da mesa, senhores membros da assembleia, comunicação social, público presente.

A primeira nota, é reconhecer que o Dr. Rui Santos já está a exercer o seu papel, porque vamos à apreciação política que aqui fez e não precisaria de muito para se chegar a uma conclusão da sua contradição. Se se sente indignado com o atraso de 3 ou 4 anos na ampliação das urgências hospitalares, que aliás nestes últimos dias tem estado mais uma vez em situação caótica com mais de 500 pessoas por dia a aceder a esta infraestrutura, trará de concluir necessariamente, no exercício da razão e da verdade, que esta obra só não está feita, porque o ministro Centeno cativou a contrapartida nacional que representava praticamente um milhão de euros. Numa obra que se executaria em cause dois anos, quer isto dizer que são cerca de 50 000€ por mês e é por esse valor que a obra não está feita. Quando assim é, é possível garantir que não há despesa pública, porque há cativação, este é um exemplo outros haverão. O próprio primeiro-ministro quando teve necessidade de introduzir um reforço orçamental, no orçamento deste ano, para a área da saúde, foi obrigado a reconhecer que tal reforço se devia a compensações



Cláudio
R
B

de atrasos de pagamentos nos fornecedores hospitalares. Não é para mais investimento, é para não deixar agravar mais os atrasos de pagamentos. Estes são os factos. Se quisermos discutir porque é que em 2011 entrou a Troika em Portugal, podemos fazê-lo. Se quisermos discutir porque é que o deficit, reconhecido pelas instancias próprias, foi quase de 11% na transição de 2010 para 2011, podemos discutir. Se quisermos discutir porque é que as normas de execução orçamental determinavam que Portugal podia ter sanções económicas gravíssimas se não atingisse um deficit de 3% e isso, naturalmente, levou a um esforço financeiro que facto só pessoas com coragem poderiam empreender, sabendo os riscos que isso implicava, nomeadamente no desgaste político. Mas, curiosamente esse primeiro-ministro teve a coragem de fazer o que fez e ganhou as eleições a seguir. Esse é o sinal maior de que em democracia há justiça quando as pessoas são verdadeiras e quando os propósitos que as mobilizam são propósitos de verdade para com todos.

Queria fazer esta observação, porque não entro em matérias de natureza politica de outra natureza ou de outra espécie. Mas, na área da saúde não podemos ter dois discursos. Não podemos concluir que Centeno é um excelente ministro, porque tem um superavit de 0,3 e ao mesmo tempo é um excelente ministro porque cativou durante 3 anos uma quantia quase insignificante. Este é um exemplo.

Tive o cuidado de remeter na intervenção escrita, um conjunto de temas que julgo serem importantes que a assembleia reflita. A questão do IP3, não deixa de continuar a ser uma preocupação. Não é a preocupação pelo facto de durante três semanas ter estado cortado, num sentido, de Coimbra para Tondela. Esse é um facto circunstancial, que face à intervenção havida, ajustada e à reunião que realizei a 13 de janeiro nas Infraestruturas de Portugal, teve uma solução que parecia demais evidente, que era reabilitar, concluindo a pavimentação na faixa ascendente e aplicar os rails que faltavam. Essa é a questão menor, porque está circunstancialmente resolvida. A questão estrutural no IP3 é saber se aquilo que os autarcas ou a grande maioria dos autarcas, as forças vivas, as forças empresariais acordaram com o ministro, Pedro Marques, está ou não a ser cumprida pelo ministro, Pedro Nunes Santos. Esta é a questão nuclear. O primeiro sinal foi logo em sentido contrário, porque o calendário inicialmente previsto com a mudança de ministro, ganhou logo um ano imposto em cima. O novo calendário que foi presente aponta parra



Handwritten signature and initials in purple ink.

que o projeto esteja concluído em 2021 e que as obras se iniciem e estejam concluídas em 2024. Portanto, temos mais um ano do que aquilo que inicialmente estava previsto. Mas agora, vamos perceber em fase está o projeto. O projeto, como é sabido, tinha um valor estimado global de 130 milhões de euros. Neste momento o que está a decorrer são cerca de 12 milhões, pavimentação e verdade seja dita, não vai ser executada nos 360 dias que estavam inicialmente previstos. O que me preocupa é saber se os constrangimentos que estão a ser feitos poderiam ou não ser evitados.

Mas, sobre o projeto, disse-o aqui na altura, que admitia um estudo de uma solução alternativa na designada “descida do Rojão”. Dos estudos que já estão ensaiados, há 3 opções nesse troço. Uma das hipóteses poderia passar por uma solução a ponte, Couto do Mosteiro. Outra seria a nascente, contornando o Vimieiro e a estação ferroviária. E, a terceira opção, a reabilitação em cima do atual tabuleiro. Qualquer uma destas opções andarà com um custo que se aproxima entre os 40 e os 46 milhões de euros. E, este valor está incluído nos 130? Porque se este valor está incluído nos 130, o que é que fica para duplicar o resto do IP3? Note-se, que no nosso concelho, temos sensivelmente 20km de IP3. Todo este troço é a reabilitar, sendo o troço com mais constrangimentos, porque como é sabido uma grande parte deste troço, de Valverde ao Alto do Pendão, foi construído no início dos anos 80, como variante a Tondela e não como IP3. A maior parte deste troço tem uma faixa em cada sentido. As duplicações terão como implicação a criação de um tabuleiro, em média com 25 m de largura. Há fortes problemas que queremos acautelar. Com isto tudo quero dizer, tenho preocupação com o cumprimento de prazos e com a assunção do acordo feito para a região. Espero que todos estejamos convictamente empenhados na solução do problema, porque à data de hoje tenho mais dúvidas do que aquelas que tinha há um ano atrás. Precisamente, no dia 18 de janeiro de 2019, o senhor primeiro-ministro esteve no Porto da Raiva, onde fez este anúncio.

Sobre o envelhecimento e o povoado envelhecido, todos nós o constatamos e esse, provavelmente é o maior problema do país, o problema da demografia. Como sabemos só os grandes centros urbano, em particular grande Lisboa e grande Porto, Setúbal e Braga é que não têm esta problemática, porque há uma centralização do país, dos serviços do estado, do próprio modelo de desenvolvimento que foi criado ao longo de décadas. Nunca



Ceal
R
B

vi ninguém nesta assembleia, de qualquer partido político, a ter um voto contrário à construção de um polidesportivo, por exemplo. Como não vi contra a celebre associação da Vareja, em São João do Monte, que alguns tem em memória o financiamento que lá foi feito, porque naquele tempo eram os investimentos que pareciam ser adequados.

Em Portugal, temos um organismo que é o INE e se maior estudo de prospeção e de projeção demográfica deveria ser feito, era a esse nível. Mas, esta discussão envolve outras dimensões. Há equipamentos públicos que deveriam ser questionados sobre a seu rácio de localização. A única variável que mal ou bem foi aplicável, tem a ver com as bibliotecas, onde a tipologia tem a ver com a dimensão populacional. Nos demais não conhecemos estes estudos. Mas, há aqui uma coisa que quero reafirmar, dizê-lo com absoluta convicção, não há nenhum modelo de desenvolvimento que fixe pessoas, que instale e dê melhores condições de vida aos jovens se não for capaz de gerar emprego. Todas as outras variáveis são muito importantes, mas há uma coisa que reafirmo convictamente, sem emprego não há fixação de pessoas. Podem teorizar sobre o que quiserem, fazer os diagnósticos que quiserem, sem emprego não há fixação de pessoas. Talvez, não seja difícil de estranhar e era bom que alguns tivessem ouvido o que o ex. ministro, que esteve num seminário que aqui ocorreu promovido em parceria pelo município e pelo jornal Expresso, onde apontou no sul do distrito, o concelho de Tondela aquele que maior indicador de desenvolvimento teve nos últimos anos. Alias, para aqueles que tinham descrédito sobre o grande investimento feito no nosso concelho, que conquistamos em 2017 e sem desmerecer outras, da empresa Eberspächer. Lembrar-se-ão alguns que apontava como meta, extremamente ambiciosa, em 2021 esta empresa ter cerca de 500 trabalhadores. Vi o sorriso de descrédito de algumas pessoas, percebi isso. Pela dimensão que teria em quatro anos, ter um crescimento desta natureza. Nunca nenhuma outra empresa, no concelho de Tondela tinha tido um crescimento perspectivado como este. Lamento informar-vos, mas à data de hoje, a Eberspächer. Tem 674 trabalhadores, triplicando as projeções de faturação que tinha previsto. Não sei se sabem o que representam esses números e esses postos de trabalho. Não sei se sabem o que representa a Huf Portuguesa, hoje, ter ultrapassado a barreira dos 100 milhões de faturação e das 515 pessoas a trabalhar no nosso concelho. Não sei se sabem o que



representa hoje o concelho de Tondela para a generalidade do sul do distrito, em termos de deslocação de pessoas, da atração de pessoas. Se isto não é caminhar no sentido de contrariar a tendência global de envelhecimento, por favor tragam outras propostas que quero discuti-las, para percebermos qual o melhor caminho a seguir.

Milagres não há. Mas, há caminhos que fazemos com convicção. Passos que têm de ser repetidos várias vezes, até produzir efeitos. Persistência e confiança. É isso que determina haver ou não haver investimento. É confiança nos decisores. É confiança em quem lidera as instituições. É confiança nos trabalhadores. Não é por acaso que nestas empresas, muitas multinacionais, ganham projetos dentro das empresas mãe, porque a qualificação das pessoas, o empenho, o sentido de missão nas suas empresas está muito além daquilo que era um mero trabalho ou o mero emprego. Há um compromisso com as instituições e isso faz toda a diferença.

Queria, só dar mais duas notas rápidas. Uma que tem a ver com a questão que o senhor Arménio colocou. A publicidade dos partidos políticos está dispensada de licenciamento, e acrescento que infelizmente. Comunicam onde pretendem colocar e desde que não ponha em causa a circulação rodoviária e de pessoas, têm legitimidade para a colocar. Na rotunda que está junto ao Continente só há um painel de 8x3m que é do município e outro mais pequeno que está associado as Termas de Sangemil. Todos os demais não são do município. Em particular um que é do PCP, aquando da tempestade Elsa ameaçava cair sobre a via pública. Na altura eu próprio e o senhor vereador da proteção civil nos deslocamos e com meios mecânicos teve de ser tombado, sob pena de cair na via. Cabe ao partido em concreto, levantar a estrutura, repara-la e coloca-la como deve ser. De facto, o que diz é verdade, não causa bom aspeto. Mas imaginem o que seria, se o presidente da câmara tivesse levantado aquele painel. No dia seguinte, estavam a dizer que por facciosismo partidário tinha retido um painel do PCP. Já foi comunicado e deve o partido colocar no devido local, remove-lo ou compô-lo. Agora não podia deixar que aquele painel caísse no meio da estrada e colocasse em perigo as pessoas, isso não poderia fazer.

Sobre o voto de congratulação, ao historiador e arqueólogo Cláudio Torres e já aqui foi dito, julgo que é uma personalidade que prestigia o nosso concelho, por essa



Cecl
BQ
Bm

razão no município nos associamos com a entrega da medalha de mérito, no tempo próprio e na circunstância própria.

A propósito da tempestade que vivemos, está na informação, mas recorde que estão estimados em valor superior a 2 milhão de euros os danos causados no município de Tondela. Os mais significativos, como é sabido, prende-se com uma passagem hidráulica que está entre o caminho paralelo ao IP3 e o Botulho, que tem cerca de 100 metros e onde estamos a intervir com base na sua urgência, com elevado investimento. A ponte do rio Milheiro, entre Mortágua e Tondela, colapsou e é sabido que há um conjunto de danos que felizmente fomos atacando com maior celeridade, envolvendo a proteção civil municipal, os trabalhadores que foram inexcedíveis, os bombeiros, os sapadores, todos nos mobilizamos nesses dias para acudir onde era necessário. Há intervenções que ainda são necessárias fazer. Também é verdade que há alguns agricultores que tiveram danos, mais ou menos expressivos, razão pela qual na sexta-feira passada ocorreu uma reunião, aqui em Tondela, com a senhora ministra da agricultura para avaliação das medidas que, de momento, estão disponíveis, nomeadamente a medida 6.2.2. do PRODER, disponível até ao final deste mês. Lamento informar que a generalidade dos agricultores não terá enquadramento nesta medida. Esta medida pressupõe que exista quebras de rendimento comprovadas iguais ou superiores a 30%, sob pena de não serem ilegíveis as respetivas candidaturas. No concelho, temos cerca de uma dezena de agricultores que sinalizaram os seus danos, tendo havido uma pré-inscrição na plataforma da DRAPC, pelo que estamos atentos a esta situação. Como tal já comunicamos os danos que estão aqui referidos e que vos transmitti.

Relativamente à iluminação pública e de acordo com o plano definido, está a ser reequacionada. Neste momento há 10 500 lâmpadas LED's que serão colocadas em todo o concelho, mais de um terço já foram colocadas. Há várias ruas, nomeadamente na cidade, cuja iluminação está toda a ser revista. E, também, nas diferentes freguesias estão a ser revistas, à medida que vai sendo feita a substituição de mercúrio por LED. Começou-se pela zona sul do concelho: Mouraz, Vila Nova da Rainha, Lajeosa do Dão, Tonda, Dardavaz.



Aut
Q
Br

Não vou discutir o mérito ou não mérito da descida do IVA. Temos entre de 1,6 e 1,8 milhões de euros em despesa de energia por ano, incluindo edifícios e iluminação pública, cerca de 800 000€ para cada um. Se tivéssemos uma taxa de IVA de 6%, teríamos menos 300 000€ de despesa por ano.

Mas quero também falar-vos sobre o que tem a ver com a gestão de resíduos. Como sabem, quando se recolhe uma tonelada de resíduos, estes chegam ao centro de tratamento. Se são valorizáveis, entram na cadeia da reciclagem, podendo haver o seu aproveitamento. Muito dos resíduos que as pessoas colocam como valorizáveis nos ecopontos, com a melhor das intenções em alguns casos e noutros por negligência, estão contaminados. Por exemplo, quando alguém coloca uma garrafa de óleo e o coloca dentro do ecoponto, o óleo que está no fundo da garrafa ao verter vai contaminar os demais plásticos que estão naquele contentor. A partir desse momento, o aproveitamento daquele bem, já não é possível fazer, a não ser que fosse lavado, mas os custos que daí advém não podem entrar nessa compensação. Muitos desses resíduos entram naquilo que é designado “fração resto”, que apesar de ter condições de ser valorizável, não está em condições de o poder fazer. Atualmente o que acontece à fração resto como a todo o lixo orgânico vai ser depositado e aterro. Por cada tonelada de lixo que é colocada em aterro até ao ano passado, os municípios pagavam cerca de 9,90€, a designada taxa de gestão de resíduos, TGR. A perspetiva que estava inicialmente, no Orçamento de Estado deste ano é que a TGR passasse para 11€. O que parece que foi acordado entre o PAN e o governo é que a proposta que está no Orçamento de Estado, é que a TGR passa para 22€ este ano. Quer isto dizer que para alguém como nós que temos uma produção de um decimo do que entra no aterro sanitário, entrando em médio cerca de 110 toneladas por ano, a TGR representará nos cofres do município cerca de 220 000€. Não é por isso de estranhar que quando se fala em aumentos de transferências do Estado, nomeadamente orçamento, devemos olhar para todas as variáveis. Esta variável de um dia para outro representa cerca de 200 000€ de despesa ao município e esta despesa não é repercutida no cidadão. Como sabemos a receita da taxa de tratamento de resíduos não inclui a TGR. Este será um problema com implicações próximas e financeiras nos municípios. A política atual do governo passa por implementar um sistema de recolha de bio resíduos. Atualmente temos



um contentor verde, onde colocamos os restos orgânicos e não orgânicos que não sejam os valorizáveis. Normalmente separamos plásticos, papel, mas se este for molhada desaparece o valor económico, e separamos vidro. Mas, não separamos a matéria orgânica dos demais resíduos. A implementação dos bio resíduos implica ter um sistema autónomo, em princípio um contentor cinza ou castanho, que estes sejam depositados. Isto pode ser muito interessante na grande Lisboa, no grande Porto, porque aí não vimos contentores à porta de cada pessoa ou de cada rua como temos. Há recolha seletiva porta a porta. As pessoas sabem os dias em que colocam os diversos tipos de lixo, o que permite ter sistema de recolha seletiva. Os estudos que estão feitos para territórios como o nosso apontam que uma recolha seletiva de bio resíduos poderá custar cerca de 150€ a tonelada, ou seja, três vezes o que hoje pagamos.

Estou a dizer, mas não é por leitura política / partidária. Estou a dizer isto para que todos tenham a perceção dos problemas que vêm associados à gestão de resíduos. É um problema. Como é sabido a Associação de Municípios tem uma CVO que tem capacidade para tratar cerca de 30 000 toneladas por ano. Portanto, o problema não é a capacidade de tratamento. O problema é o custo de recolha de valorizáveis em sede de bio resíduos. É uma matéria que está em discussão. Estamos empenhados com outros municípios nestas discussões, pois quem tem estes grandes problemas está no eixo de Leiria, Coimbra, Aveiro e nós. Na grande Lisboa os lixos são incinerados, tal como no grande Porto. Na região centro não há nenhuma incineradora para tratamento de resíduos. Logo, a fração resto é colocada em aterro e paga 22€ ou deverá ser encontrado outra solução para valorizar. Por esta razão, a associação de município efetuou uma candidatura para produção de CDR, combustíveis derivados de resíduos. Esta candidatura ronda os 7,5 milhões de euros e permitirá fazer a trituração dos resíduos “fração resto”, tem poder energético e que porventura poderão vir no futuro alimentar uma cadeia de produção de energia ou de bio diesel ou de gasificação. Este será certamente o projeto em de futuro terá de se pensar, de modo a reduzir a TGR.

É a minha obrigação informar a assembleia e alertar para estes custos.



Cláudio
Rui Santos
2

De seguida, o presidente da câmara municipal apresentou o relatório de atividade e financeiro (anexos 3 e 4), acompanhado pela visualização das atividades desenvolvidas no período que decorre desde a assembleia de dezembro até à presente data.

Continuaram-se os trabalhos e o membro Rui Santos interveio, de seguida:

“Senhor presidente da mesa, senhor membros da mesa, senhores deputados, senhor presidente da câmara.

Queria começar por dizer que nunca neguei que estou aqui a exercer funções políticas, como o senhor presidente da câmara está. Portanto, é perfeitamente natural que se fale nisso, não estou a fazer nada que não seja normal que aconteça e que defendo.

Deixaria, aqui, outra nota, que não tem a ver com a situação política atual. Que foi sempre aquilo que defendi. Quando falamos em fundos comunitários e orçamento, os fundos comunitários e os fundos do orçamento de estado são fundos públicos, não são de origem comunitária, ao qual nós também contribuimos de alguma forma. Não somos felizmente contribuintes líquidos, em termos globais, mas também são fundos públicos. Às vezes, acho que quando falamos nestas referências temos de salientar isto, até porque muitas vezes há algumas confusões criadas com toda a gente que esteve no governo, em relação à atualização destes fundos, resultam do facto da forma como se referem e sobretudo porque às vezes se faz questão de não se mostrar como são exatamente gastos. Mas, enfim, isso é um pouco da experiência que tive, que felizmente ou infelizmente participei, como já disse aqui, em cerca de 1 500 milhões de gestão de fundos comunitários. É uma coisa que até me assusta, o que vale é que era aos poucos e não dava para assustar muito.

Só tinha duas questões, sendo uma questão de curiosidade e outra, se estou correto, é para manifestar a minha satisfação. A primeira é em relação à questão execução financeira da câmara. É um facto que estamos a 11 de fevereiro, mas o relatório faz referência para além de haver umas coisas que vêm dos relatórios anteriores, *copy paste*, a uma execução na ordem dos 3%, quando habitualmente está a 8%. Há alguma situação para isto? É evidente que estamos no início do ano.



Clay
D
B

A segunda questão é que parece que neste momento talvez possa haver peixes no rio Dinha. Os esgotos de Caparrosa, que eu via correr para o rio, parece que deixaram de correr ultimamente. Se tem a ver com isso, pode ser que passe haver peixes no rio. Uma vez o senhor Arménio falou aqui nisto, mas o rio Dinha nunca teve muita falta de água para deixar de ter peixes. O Dinha nunca foi como o Criz, um rio de água muito batida. As espécies que tinha, eram espécies de água parada. O Dinha na sua maior parte, um rio de equipamentos hidráulicos, de rega construído há 200, 300 anos. E, portanto, havia sempre água para os peixes. Para além de haver uma ou outra espécie que os possa ter comido alguns deles. Tem que haver alguma contaminação que tenha levado o rio, naquela zona, a essa situação, apesar de lá terem chegado 2 ou 3 trutas, que foram colocadas na zona de Nandufe. Pelo menos essa razão parece estar resolvida e eu felicito. Espero que esteja certo e que seja isso, porque parece que há sistema de bombagem a transferir os resíduos para Caparrosinha. Fico muito satisfeito com isso.

De resto, espero que as atividades nos levem a bom porto e cá estaremos para apreciar isso mais à frente no ano. O problema é como vai ser executado. Compromissos assumidos sobre disponibilidade, há quase 90%, vamos ver como vai ser a execução para o futuro, ainda que haja algumas coisas que não dependem da câmara e que podem dificultar a execução. Mas, isso cá estaremos para apreciar depois.”

O membro Vera Machado tomou da palavra, com a intervenção que se transcreve:

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa,

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Deputados,

Senhores Vereadores, Comunicação Social,

Neste ponto da Ordem do Dia visitar um conjunto de iniciativas e sobretudo de ações que se têm sucedido ao longo dos últimos meses.

Quanto a ações, salientar o Seminário da Educação que contou com várias centenas de participantes a debater o futuro deste que é um dos setores mais cruciais para o desenvolvimento das nossas comunidades. A inclusão, o mérito, o brincar, foram



Cláudio
Q
13

algumas das temáticas abordadas sempre com um propósito primordial, a formação de cidadão ativos, responsáveis e interventivos.

Ontem foi também apresentada a Meia Maratona de Tondela onde são esperados mais de 3000 participantes e que, nesta edição, tem um mote muito especial: “Recicla para correr”, incentivando a recolha de óleos alimentares e utilização de materiais amigos do ambiente, que vão desde os copos de papel reciclado às tintas utilizadas nas t-shirts oficiais.

Nesta lógica da reciclagem e das preocupações ambientais, e mesmo não se enquadrando neste ponto, referir que tudo é reciclável e deve ser reutilizável, os materiais, as pessoas sempre com o propósito de um planeta mais verde, e mais sustentável e penso que foi dentro desta lógica que o novo orçamento duplica o custo da Taxa de Gestão de Resíduos, relativo ao lixo que é depositado em célula.

Foi pena é que não se tenha reciclado as opções e as orientações de quem mais uma vez não se preocupa com os territórios de menor densidade. Publicita-se um grande aumento de verba para as autarquias, mas transferem-se competências e agravam-se as despesas, sendo ainda desconhecido o saldo final. E nesta área do ambiente, basta olhar para onde irá existir repercussão deste aumento brutal da Taxa de Gestão de Resíduos, essa repercussão será nas zonas mais débeis, ficando de fora as grandes áreas metropolitanas por força de disporem de outros equipamentos face à sua dimensão populacional.

Opções de gestão não recicladas feitas por alguns políticos.

Na área do Desporto uma palavra de parabéns para as campeãs distritais de basquetebol nos escalões sub-14 e sub 16, bem como para toda a equipa que as acompanha.

No campo das intervenções, salientar a execução das faixas de gestão combustível para proteção à rede viária, trabalhos esses a decorrer em algumas freguesias, havendo já definido uma programação para o restante território. Claro está que se tratam de operações morosas e que dependendo também das condições climatéricas nem sempre correm da



Handwritten signature and initials in blue ink.

forma como todos desejaríamos. Mas, Senhor Presidente, penso que terá que ter em linha de conta os noticiários, porque haverá alguns terrenos com muitos gafanhotos e não foi possível apanhá-los na totalidade, ficando 2 ou 3 à atenção da autarquia.

Evidenciar pequenos arranjos urbanísticos que vão desde um buraco às sinalizações que tem sido desencadeados um pouco por todo o concelho, pormenores esses que influenciam realmente a vida das pessoas.

Uma palavra para a Requalificação do Campo de Ténis dos Jardins D'água e toda a área envolvente ao condomínio, bem como as obras de requalificação e ampliação da Extensão de Saúde de Campo de Besteiros que ocorrem com toda a celeridade, sendo o Município, neste caso, dono de obra e disponibilizando os 15%, sem nunca se demitir das suas responsabilidades, mas exigindo dos organismos que tutelam estas unidades o mesmo empenho e solidariedade, porque coesão territorial não é apoiar só as obras nos grandes centros, em particular num setor sensível como a saúde.

Para terminar, não podia deixar de referenciar a proposta de concessão de benefícios sociais ao Bombeiros Voluntários do Concelho de Tondela onde um assunto tão relevante para as populações foi profundamente ridicularizado e menorizado.

Os egos, o narcisismo, o "Eu" em nada preocupa estes homens e mulheres.

De medidas avulsas, dos contributos do Partido Socialista, à proposta de regulamento do executivo e da pronuncia e intervenção das direções das associações humanitárias existentes no Concelho, saiu um documento completo, abrangente e que reconhece o mérito e o altruísmo dos nossos bombeiros.

A equidade do documento, vai desde quem tem habitação própria ao arrendamento, e prevê ainda outras vantagens, e será com certeza enriquecido com contributos que advenham da discussão pública.

E portanto, Senhores Deputados, o voto contra só por uma mesquinha absurda por não serem os DDT da proposta só é possível para quem se encontra na oposição e não tem responsabilidade na gestão nem na construção de um futuro melhor para todos os concidadãos."



Cláudio
R
Bo

Seguidamente, interveio o membro Abílio dos Santos:

“Mais uma vez, senhor presidente da mesa, senhor presidente da câmara, caros colegas, comunicação social.

Antes de começar a minha intervenção, acerca da nossa cidade, queria pedir desculpa, porque quando me referi ao meu amigo Cláudio Torres, não me ter referido que já tinha sido homenageado e galardoado pela câmara municipal de Tondela. Acreditem, não tive a mínima intenção de beliscar ou de ferir a câmara municipal de Tondela, porque tenho a certeza que jamais passaria pela cabeça que uma pessoa desta dimensão não fosse vista e revista pelo nosso município. Mas, sendo membro desta assembleia, também tenho a obrigação de o fazer.”

De seguida, continuou com a intervenção escrita intitulada: “A nossa cidade”. Anexo 5.

O membro José Manuel Mendes interveio:

“Senhor presidente da assembleia, senhor presidente da câmara, caros companheiros.

Mais uma vez ponderei fazer uma intervenção, mas não poderia deixar de não a fazer. Recentemente, na qualidade de comerciante, fui convidado para uma ação que a câmara está a desenvolver. Agradeço o envolvimento dos comerciantes, como sabem o comercio tradicional em Tondela, como praticamente em todo o país atravessa uma crise, face às grandes unidades comerciais que se vão instalando. Ainda bem para Tondela. No futuro haverá outra que se instalará, sinal que Tondela continua a ser uma zona apetecível.

Mas, quero agradecer à câmara e a todas as pessoas envolvidas por darem voz a todos os comerciantes, que durante anos foram o pilar de toda esta atividade. A meia maratona irá ter a colaboração dos comerciantes, pelo que quero agradecer.

Quanto à eletricidade, dado a minha atividade encerro o meu comercio às 19h e atendendo ao gosto que tenho pela freguesia, vou dar a minha volta e noto grandes melhorias à iluminação pública. No Parque Urbano, onde se realiza a feira, nota-se bem.



Handwritten signature in blue ink.

E, não é por acaso, que Tondela continua a ser uma região de bem-estar. Muito obrigado senhor presidente e todo o elenco da câmara.”

O senhor presidente da câmara respondeu às intervenções:

“Dr. Rui Santos, já lá vai o tempo em que os fundos comunitários eram geridos pelo governo, exclusivamente. Temos de nos atualizar. Os programas operacionais são dinheiros públicos não geridos pelo governo. Claro que há programas que estão mais na esfera do governo. Os fundos comunitários são dinheiros públicos, devem prosseguir o interesse público, desenvolvimento público, gerido por uma comissão diretiva onde tem presença, neste caso em concreto, as autarquias.

Para não haver duvidas, obras como a Secundária de Tondela e para que não se vá escrever nos manifestos eleitorais que são obras do governo. Obras como esta tem 85% de fundos comunitários, tem 7,5% do governo da república e 7,5% do município de Tondela. Obra como a Extensão de Saúde de Campo de Besteiros ou a requalificação da Igreja de Românica de Canas de Santa Maria, têm 85% de fundos comunitários, PO regional mapeamento e nestas duas os 15% de contrapartida nacional são do município. O seu a seu dono. Não são minhas, são dinheiros públicos.

A execução orçamental está mais baixa do que seria prevista, porque este município e todos os que introduziram o SNCAP estão com vários problemas nas plataformas criadas fora do município. O município de Tondela esteve desde o dia 2 até ao dia 21 de janeiro sem pagamentos, porque as plataformas com o novo software que introduziu o novo SNCAP tinha problemas na transição de compromissos. O que quer isto dizer, que só após o dia 22 de janeiro se procedeu a pagamentos, o que tem implicações naturais na execução.

Sobre a questão do rio Dinha, já algum tempo o Clube de Caça e Pesca 5 estrelas comunicaram que veem há algum tempo mais vida no rio. No caso em concreto, o sistema ainda não está em plenitude, porque ainda está a efetuar teste de receção, mas já tem energia elétrica e já vai estando a cumprir o seu funcionamento, sendo que ainda está a ser otimizado o padrão de funcionamento. Em relação à avaliação da qualidade da água, o ponto de captação de Pinchos tem demonstrado qualidade quer em agosto, quer em



Cláudio
R
João

setembro, quer á data de hoje. Sinal que da qualidade de água balnear, ela satisfaz os propósitos e os requisitos.

A Vera colocou um conjunto de questões que são objetivas da atividade da câmara.

No ponto 2 do relatório refere que foram religadas várias luminárias na cidade de Tondela, nomeadamente as que são estruturais, rua Ricardo Mota, rua José Bernardo da Silva, rua Comandante João Matos Ferreira, rua Flausino Torres e rua Branca Gonta Colaço. Em todas estas ruas e noutras que estão a seguir foram consideradas as prioritárias por serem os eixos estruturais na cidade. Isso está feito.

Sobre os monumentos, praças e afins, relembro que foi revista toda a iluminação da rotunda dos Combatentes de Ultramar. Todo o monumento está com nova iluminação. O monumento da rotunda Ao Tondela tem a iluminação revista. Em relação ao Parque Urbano, aconteceu num fim de semana e assim que foi comunicado ao senhor vereador, nesse dia foi reparado.

Questões de esvaziamento ou de não revitalização do Núcleo Histórico de Tondela. O diagnostico todos nós o podemos fazer. Há uma área que se chama, capacidade de incentivar instrumentos. Ora, em termos de politica publica foi criado uma ARU. Isto quer dizer que investimentos nesta área tem IVA de 6%. Melhor estimulo do que ter uma taxa de IVA que reduz em 17% o valor de uma intervenção, isto é instrumento publico ao serviço deste desenvolvimento. Podemos ajudar a fazer, mas nunca vamos conseguir fazer na totalidade. Na caracterização que foi feita para a ARU, está quantificado o montante de 90 fogos que estão devolutos, desocupados ou a necessitar de reabilitação nessa zona. Com maior dimensão, vejo o investidor Arménio Leite Marques ali a investir. Porque é que outros não o fazem? Quando têm instrumentos neste momento disponíveis para o fazer. Essa é a questão que julgo que deve ser feita. A generalidade das imobiliárias dizem que um apartamento fica à venda ou para alugar, por poucos dias. Melhor sinal do que este para demonstrar a vitalidade do mercado, julgo que é difícil de encontrar. Fechou um restaurante, naquela zona, porque os proprietários se aposentaram. O que devemos fazer é criar politica de incentivo: IVA a 6 %, isenção de IMT para



transações que ocorrem nestes núcleos, IMI com isenção durante 3 anos. Temos aqui oportunidades, porque há mercado, há alojamentos que são necessários, há prédios para reabilitar. É sabido que o município tinha acerca de um ano um contrato de promessa para aquisição da Pensão Matos, que não o executou enquanto não estivesse totalmente desocupado, caso contrário o ónus seria do município, e há quinze dias fez a compra. Estamos a ultimar o projeto, para que ali se instale 14 fogos de tipologia T0, para que jovens que estejam em processos de doutoramento, que no futuro estejam ligados ao Centro Tecnológico tenham aqui uma bolsa de habitação. Iremos dar exemplos disso, agora não nos podemos substituir à iniciativa privada.

Vai haver a instalação de uma nova unidade comercial. Há algum instrumento para que o município impeça a instalação de uma nova unidade desta natureza? Desde que respeite as condições de edificabilidade, desde que respeite aquilo que a câmara pode impor nos acessos, na mobilidade, nas condicionantes, posso impedir? Estas matérias não se discutem com a leviandade de dizer que se abrem as portas à instalação. Se algumas das médias superfícies não estivessem cá, mais pessoas iriam ao fim de semana fazer compras em concelhos limítrofes de Tondela. Pelo menos essas, se não vão ao comércio local, continuam em Tondela, gerando outros postos de trabalho. Não discuto condições de trabalho dos hipermercados, tenho a minha opinião.

Temos de ter iniciativas, claro que elas têm custos. As pessoas acham muito bem que se faça uma edição da meia maratona, mas ela tem custos. Bem que iniciativas como esta que é preciso trazer para o centro da cidade para também dar um incremento.

Impactos da presença na primeira liga de futebol, do CDT. Certamente que se não tenho uma unidade hoteleira disponível para acolher uma equipa, não se pode estar à espera que a equipa se instale aqui. Esperemos que também haja aqui investimento e talvez não falte tanto para que esse investimento ocorra. Agora, julgo que há uma coisa que não temos capacidade de medir, que é a auto-estima das pessoas e na valorização externa do nome de Tondela. Isso é possível fazer estudos. Hoje Tondela está no mapa. Estou convicto que a estabilização deste processo, a construção da cidade desportiva, que é fundamental, são aspetos nucleares para que se estabilize a presença. Muitos achavam que a presença do Tondela na primeira liga era efémera. Ninguém faz um investimento



Alcides
R
D

sem ter a segurança de que vai ter uma repercussão a longo prazo. Essa repercussão só é possível se os indicadores derem estabilidade.”

Continuando-se os trabalhos, o senhor presidente da assembleia informou que todos os pontos seguintes seriam aprovados em minuta, tendo sido confirmado pela assembleia.

2.2 Análise, discussão e votação da 1ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de dois mil e vinte

O senhor presidente da câmara explicitou:

“De forma muito sintética, a necessidade desta revisão tem muito a ver com SNCAP. Ou seja, uma determinada obra, como é o caso do Centro Tecnológico, estava prevista iniciar-se em 2019, iria continuar em 2020 e que tivesse um mês em 2021. Esta obra tinha compromisso, que estava projetado em 2019, 2020 e 2021. Com a entrada do SNCAP, a transposição com a nova aplicação, a 31 de dezembro, a obra transitou com o compromisso de 2020. O compromisso de 2021 não existe na aplicação e deveria ser automático. Esta obra está no Tribunal de Contas para visto mas que devolveu o processo por não estar refletido o compromisso para 2021. Se estivesse 1 euro, poderíamos fazer uma alteração, como não está, por força do Bug desta aplicação, temos de fazer esta revisão, para que reflita a sua plurianualidade. O que se passa com o CTE também se passa com a Zona Industrial de Tondela. Esta duas obras estão no Tribunal de Contas paradas por este problema, por isso se ter antecipado na assembleia, que normalmente ocorre no final do mês.

Algumas reclassificações orçamentais, em particular na receita corrente, entre a 02 e a 04, porque até agora os capítulos são iguais, mas tinham uma classificação para as famílias e tinham outra para as empresas. Agora ocorre uma nova reclassificação, em que deixa de existir 02 das famílias e passa a ser tudo classificação 04 das empresas. É uma mera questão técnica.

O senhor vereador do PS colocou a questão de porque é que a TMDT ainda continua refletido no orçamento quando não foi deliberado pela câmara, porque todas as receitas da 02 á 04 são calculadas com base na média dos últimos 24 meses. Ora não se



Cunha
R
PSD

aplicou nos últimos 12 meses, mas aplicou-se no período que antecedeu. Só passado dois anos deixa de estar refletida.

Por fim, prende-se com a constituição do capital social da EIMAR. Os quatro municípios deliberaram constituir a EIMAR, ao município de Tondela assiste o montante de 46,4%. Apesar de podermos fazer o caminho por termos uma classificação de “Participações e Associações”, quisemos explicitar orçamentalmente a sua existência.

Esta é uma intervenção cirúrgica, em abril traremos uma revisão orçamental para incorporação do saldo de gerência. “

O membro Cristiana Ferreira tomou da palavra com a intervenção, que se transcreve:

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Tondela, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Tondela, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. Senhores Membros da Assembleia Municipal, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Sobre este ponto, “1ª revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de dois mil e vinte”, considerando os fundamentos e o enquadramento legal da proposta de revisão, donde resulta por um lado, a necessidade de incorporar o capital social da EIMAR, ao orçamento em vigor e por outro lado, a obrigatoriedade de proceder à reclassificação de algumas rubricas, segundo diretivas da DGAL e em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística da Administração Pública, resultantes, por exemplo, do novo cronograma temporal das obras do centro tecnológico de empreendedorismo e da ZIM de Tondela, tudo conforme melhor consta dos mapas que nos foram enviados, a par do relatório sobre este mesmo ponto e que necessariamente deve ser feito em sede de revisão orçamental, o Grupo Parlamentar do PSD votará favoravelmente a proposta apresentada.”

Colocada à votação, a 1ª revisão foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Abílio Santos, Cristiana Ferreira, Martinho Loureiro, Sérgio Rodrigues, Carlos Viegas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Alfredo Cabral,



Cea
17

Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Adérito Ribeiro, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.3 Análise, discussão e votação do Aditamento ao contrato interadministrativo celebrado entre o Município de Tondela e a Freguesia de Tonda

Não houve intervenções.

Colocada à votação, o aditamento ao contrato interadministrativo foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Abílio Santos, Cristiana Ferreira, Martinho Loureiro, Sérgio Rodrigues, Carlos Viegas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Alfredo Cabral, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Adérito Ribeiro, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.4 Análise, discussão e votação do Contrato interadministrativo a celebrar entre o Município de Tondela e a União de Freguesias de Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fráguas



Caral
SR
10/20

Não houve intervenções.

Colocada à votação, o contrato interadministrativo foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: : Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Abílio Santos, Cristiana Ferreira, Martinho Loureiro, Sérgio Rodrigues, Carlos Viegas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Alfredo Cabral, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Adérito Ribeiro, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.5 Análise, discussão e votação do Contrato interadministrativo a celebrar entre o Município de Tondela e a Junta de Freguesia de Campo de Besteiros

Não houve intervenções.

Colocada à votação, o contrato interadministrativo foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: : Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Abílio Santos, Cristiana Ferreira, Martinho Loureiro, Sérgio Rodrigues, Carlos Viegas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Alfredo Cabral, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Adérito Ribeiro, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.



Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.6 Análise, discussão e votação do - Contrato Interadministrativo a celebrar entre o Município de Tondela e a União de Freguesias de São João do Monte e Mosteirinho

Não houve intervenções.

Colocada à votação, o contrato interadministrativo foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: : Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Abílio Santos, Cristiana Ferreira, Martinho Loureiro, Sérgio Rodrigues, Carlos Viegas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Alfredo Cabral, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Adérito Ribeiro, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.7 Análise, discussão e votação do Contrato Interadministrativo a celebrar entre o Município de Tondela e a Freguesia de Guardão

Não houve intervenções.

Colocada à votação, o contrato interadministrativo foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: : Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Abílio Santos, Cristiana Ferreira, Martinho Loureiro, Sérgio Rodrigues, Carlos Viegas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida,



Cláudio
R
10/3

Alfredo Cabral, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Adérito Ribeiro, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.8. Análise, discussão e votação do reconhecido interesse para as populações e para a economia local do Parque Jerónimo Lacerda

O senhor presidente da câmara interveio:

“O município tem uma candidatura para reabilitação e funcionalização deste parque. Impõe-se que a assembleia se pronuncie no sentido de reconhecer esse interesse, que está fundamentado na proposta.”

Colocada à votação, o reconhecimento de interesse para as populações e para a economia local do Parque Lacerda foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: : Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Abílio Santos, Cristiana Ferreira, Martinho Loureiro, Sérgio Rodrigues, Carlos Viegas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Alfredo Cabral, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Adérito Ribeiro, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.



Cláudio
Q
D7

2.9 Outros assuntos de interesse para o concelho

O senhor presidente da mesa colocou à votação o voto de congratulação ao arqueólogo Cláudio Torres, apresentado pelo membro Abílio dos Santos, no período antes da ordem do dia, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Abílio Santos, Cristiana Ferreira, Martinho Loureiro, Sérgio Rodrigues, Carlos Viegas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Alfredo Cabral, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Adérito Ribeiro, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

O membro José Manuel Mendes interveio:

“Queria reconhecer um donativo que foi feito à Vários pelo Clube Desportivo de Tondela, quando deu a esta instituição o valor arrecadado na bilheteira, assim como agradecer à CIM a entrega de um cheque.”

3-Período aberto ao Público.

Interveio o senhor Joaquim Santos:

“Senhor presidente da mesa, senhor presidente da câmara, senhores vereadores, senhores membros da assembleia municipal.

É a segunda vez que aqui venho, não porque me apeteça responder a provocações, mas tenho mesmo de o fazer. Como já esperava a Vera veio mais uma vez aqui, lançar provocações e isto tem a ver com a concessão de apoios aos bombeiros. A Vera pode dizer tudo aquilo que quiser, mas tem de ter uma atenção redobrada. A Vera, pelo menos como secretaria da vereação tem por obrigação ler as atas da câmara municipal, em vez



Cláudio
R
J

de estar a fazer outras coisas. E, não vir para aqui lançar sobre nós todos alguns discursões encomendados.

Quero recordar, apesar de para isso ter sido pressionado para não o fazer, que solicitei a introdução de um ponto, para a reunião do dia 24 de agosto de 2019, para discussão de um projeto de regulamento de apoio social aos bombeiros, iniciativa do Partido Socialista. Fui tentado por uma funcionária da câmara municipal para o não fazer, que não o podia fazer, mas fi-lo. E, foi assim que à pressa, estou a dizer aqui, porque o disse na declaração de voto no respetivo local, foi também apresentado pela maioria da câmara municipal um outro projeto de regulamento. Obviamente que vi, mais tarde, quando foi votado, agora em janeiro, uma versão final para ser colocada à discussão pública. Mesmo o senhor presidente da câmara desconhecia que tinha apresentado um regulamento, ele está lá, está transcrito em ata.

Os bombeiros deram sugestões. Não foram acolhidas. Ou então são mentirosos, o que duvido. Os vereadores do Partido socialista votaram contra a versão que foi aprovada pela maioria da câmara municipal de Tondela, como nós dissemos e a Vera tem obrigação de ter esse conhecimento, porque é dar migalhas aos bombeiros. Um bombeiro para ter 10€ de benefício fiscal por mês, em termos de IMI, tem de pagar um IMI de cerca de 300€. Aqueles que estão em habitação arrendada tem um benefício de 150€. Com certeza têm mais benefícios que alguns que têm casa própria. O quadro de honra dos bombeiros é composto por pessoas que efetuaram uma carreira, de bombeiros, interruptamente desde a sua entrada. São poucos, mas existem, pessoas de idade e que nunca tiveram benefícios, não havia à época, chegou o momento para ter. Não acham que é justo, também se dar um benefício a essas pessoas? Não acham que é justo um bombeiro ter uma ou duas entradas gratuitas nas piscinas municipais? Não acham que é justo um bombeiro ter um tratamento termal gratuito por ano? Aliás não deveriam ser só esses, porque como disse na altura, isto não custa nada ao município. As termas de Sangemil que nos custam centenas de milhares de euros por ano a todos os munícipes, tem custos fixos e custos variáveis. Os custos fixos são os maiores, logo os bombeiros poderiam ter esse benefício, mas não têm, têm algum desconto.



Handwritten signature and initials in blue ink.

O projeto de proposta de regulamento do Partido Socialista era aquele que estava mais adequado. Alias ele está em discussão pública e aproveito para todos o lerem, porque ainda pode ser alterado e sugerirem essas alterações, que penso que são benéficas para os bombeiros.

Quanto à Vera só quero lhe dizer mais uma coisa, pode fazer provocações, agora não pode é mentir, isso não lhe admito e a minha tolerância também tem limites. Muito obrigado.”

Vera Machado respondeu:

“Dizer só ao senhor Joaquim Santos que aqui neste fórum, tenho a liberdade de intervir e de ter a opinião politica que entender.

Quanto a questões profissionais e pessoais, não lhe admito sequer isso aqui. Portanto, nem me merece resposta e fica claro o respeito que tem pelas pessoas e pelos órgãos, nomeadamente a assembleia municipal.

Quanto aos bombeiros, o regulamento estará em discussão publica e depois veremos os contributos que são ou não vertidos e terá oportunidade para isso novamente.”

O senhor presidente da câmara interveio:

“Qualquer pessoa que está nesta assembleia tem independência politica e funcional para estar neste órgão. Alias, não será por acaso que a lei prevê dispensa de serviço a cada um dos senhores para estarem presentes na assembleia.

Questão objetiva e politica, o senhor vereador poderá sempre nessa função, dizer aquilo que quiser, tem é de ser contraditado sempre que necessário. Em 24 de agosto, a proposta que levou à reunião de câmara era uma proposta objetiva: isenção de IMI para os bombeiros que tivessem habitação própria. Nessa reunião foi referido e explicado que a pessoa que estava com esse pelouro vinha já a trabalhar com as corporações de bombeiros nesse sentido. O senhor diz que foi à pressa, é a sua leitura de velocidade. Nessa reunião manifestei a minha não concordância por não entender que fosse socialmente justo que quem tem habitação própria tivesse isenção e quem tem habitação arrendada não tivesse igual direito pelo mesmo motivo, que é ser bombeiro. Daí para a



frente, avançou uma comissão, a qual o novo vereador de Proteção Civil, acompanhou e que recolheu os contributos que foram trazidos. De facto, não tenho de conhecer a sua proposta. Foram feitos contributos das associações humanitárias e do Partido Socialista, sobre essa questão. Daí resultou uma versão final, onde umas questões foram acolhidas, outras não foram. Na maior parte das questões que foram apresentadas pelas associações humanitárias e respetivos comandos, foram integradas na versão final. Em boa verdade, onde é que chega esta proposta, a uma redução de IMI até 150€ em função de alguns parâmetros e igual valor no apoio ou arrendamento nas mesmas circunstâncias. Se um bombeiro viver numa casa de familiar, estão previstos apoios.

O documento está em discussão publica. Das conversas que tenho mantido, sei que haverá uma proposta das associações humanitárias para a integração do alargamento de um benefício a um quadro mais lato e que naturalmente para acolher no que me parece ser legítimo que são os primeiros interlocutores, que são as associações humanitárias, como os principais parceiros.

Por mais que lhe custe admitir a primeira proposta era isenção de IMI e não integrava nenhum apoio para aqueles que estão em arrendamento. No início foi assim que a questão se começou. O documento agora é mais equilibrado e mais justo, porque trata as pessoas em igual circunstancia pelo facto de serem voluntários e não de ser proprietários de casa. Além de outros apoios que estão previstos no regulamento. “

Não havendo mais nada tratar, o presidente da assembleia deu por encerrada a assembleia, lavrando-se a presente ata, ao abrigo do artigo 57, da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

O Presidente:

Carlos Correia

O 1º Secretário:

Isabel Soares



Cláudio

Assembleia Municipal de Tondela

Sessão ordinária 11-02-2020

O 2º Secretário:

Albino Dias

anexo,
Cláudio
R
b7

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Em reconhecimento pelo inestimável trabalho de uma vida dedicada ao estudo, e às causas do património cultural e da arqueologia luso espanhola, entendeu o governo português, com toda a justiça, atribuir a Medalha de mérito cultural, ao nosso conterrâneo e amigo. Cláudio Torres.

Natural de Tondela, onde nasceu em 11 de Janeiro de 1939, Cláudio Torres, foi aos 21 anos para o Porto, onde frequentou o Curso de Belas Artes. Opositorista do antigo regime, sofreu imensas perseguições policiais, tendo inclusivamente sido preso por algum tempo.

Partiu para o exílio no estrangeiro, tendo na Roménia concluído em 1973, a licenciatura em História e Teoria da Arte.

Regressando a Portugal, após o 25 de Abril, foi dar aulas de História para a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em várias cadeiras ligadas à História Medieval.

Em 1978, por convite do Presidente da Câmara de Mértola, fundou o Campo Arqueológico da mesma cidade, que atualmente dirige, e onde reside desde 1986.

Obra notável, reconhecida em todo o mundo, Cláudio Torres contribuiu decisivamente para a mudança da historiografia portuguesa, no que diz respeito ao papel do legado islâmico em Portugal.

Na área da arqueologia, fundou o Museu de Mértola e foi consultor em várias exposições realizadas em Portugal e no estrangeiro.

Entre as suas obras, podemos destacar – Cerâmica Islâmica Portuguesa, Mértola – Vila Museu, o Legado Islâmico em Portugal, e muitas outras.

Possuidor de muitas e diversas condecorações, podemos apontar entre outras, a Grão Cruz da Ordem do Infante D. Henrique, Prémio Pessoa, e Prémio das Academias Pontifícias do Vaticano, esta última concedida pelo Papa Francisco em 2015, ao Campo Arqueológico de Mértola.

É a este homem, de uma cultura multifacetada, e uma verdadeira bandeira da nossa terra, que eu, de forma modesta mas reconhecida, apresento a esta Assembleia um voto de congratulação por tudo o que tem feito por Tondela, por Portugal e pelo mundo.




Tondela, 11 de Fevereiro de 2020

Abílio Rodrigues dos Santos

ACABAM AS INVESTIGAÇÕES A POLITICOS – Ordens da PGR limitam atuação do Ministério Público

Depois do parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República, que sustenta, que superiores hierárquicos podem dar ordens aos procuradores, como aconteceu no “Processo de Tancos”, dizem os analistas e alguns juristas, que o Ministério Público morreu como magistratura.

Não sendo jurista, mas vendo a data em que tal parecer foi emitido, restam poucas dúvidas da influência que o processo de Tancos teve na génese desta tomada de posição. E provavelmente, num aspeto mais secundário a apaziguadora de muitos outros processos, que se encontram há anos nos tribunais, á espera de arquivo.

Fica desta forma provado, que a justiça em Portugal, funciona há décadas apenas para os mais fracos, que não têm a mínima hipótese de contratar bons advogados.

Trata-se pois de uma justiça obsoleta e grosseira que defende apenas os influentes e os poderosos.

Quantos altos dirigentes políticos, banqueiros, empresários, presidentes da alta elite do futebol português, foram até hoje condenados, por crimes que têm delapidado as nossas finanças, e que continuam a fazer uma vida milionária nas suas “prisões domiciliárias.” E muito pior do que tudo isto, é que temos que ser nós, a pagar tão elevada fatura. Não prendem os ladrões, mas em contrapartida mantêm em prisão preventiva, quem os denuncia, como é o caso de Rui Pinto.

Apesar de tudo, já conseguimos um belissimo galardão.

Através de um inquérito feito pela consultora Ernest & Young, Portugal conquistou um brilhante quinto lugar no ranking dos países mais corruptos do Mundo. Á nossa frente ficaram apenas a Croácia, o Quénia, a Eslovénia e a Sérvia.

Claudio
R
Jo

Tondela, 11 de Fevereiro de 2020

Abílio Rodrigues dos Santos.



Relatório da atividade da Câmara Municipal de Tondela
(de 20 de dezembro a 04 de fevereiro de 2020)

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

1-

Decorridos dois meses sobre a última Assembleia Municipal e tendo presente o período de férias associado à quadra natalícia e passagem de ano, com inegáveis implicações no quadro dos colaboradores, importa salientar que foram desenvolvidas áreas de ação, por um lado inerentes à emergência associada às tempestades Elsa e Fabian.

Da ocorrência destes ventos fortes e chuvas intensas, verificadas nos dias 19 e 22 de dezembro de 2019, resultaram elevados danos em património e infraestruturas públicas, que rondam cerca de 1,2 milhões de euros.

Entre os danos destacam-se os mais elevados, como é o caso da ruína da Ponte de Rio Milheiro, Ponte da Ribeira do Paúl e a passagem hidráulica em Botulho – Tondela, que no caso da ruína da Ponte de Rio Milheiro, deixou a estrada interdita à passagem de trânsito e pessoas.

No caso do colapso da passagem hidráulica no Botulho - Tondela, a sua ruína teve como consequência a elevada deformação no solo, provocando elevados prejuízos nas construções privadas e infraestruturas adjacentes.

A intensidade da tempestade também provocou danos elevados na cobertura da Escola Básica EB0 de Tondela e na Central de Camionagem de Tondela.

Já no Pavilhão Municipal do Caramulo, os prejuízos são de caráter elétrico, uma vez que a elevada precipitação penetrou na parte elétrica do Pavilhão, originando um curto-circuito e consequente incêndio, que deixou danos na pintura.

Relativamente às vias de comunicação, os danos são vários, com as plataformas de circulação e órgãos de drenagem a ficarem danificados ou obstruídos pela queda de árvores e derrocada de taludes, noutros a estrutura da estrada acabou mesmo por ruir.

No caso dos taludes será necessário proceder à sua estabilização e retirar detritos. Em alguns casos terão que ser construídos muros de espera para suportar as terras e/ou a plataforma da via.

A queda de árvores verificou-se não só na noite da tempestade, mas também durante os dias seguintes, provocando danos em guardas de segurança e outras construções existentes.

2.

No quadro do Plano de Revisão da Iluminação Pública, importa referir o investimento a realizar para substituir cerca de 1.200 lâmpadas de mercúrio por LEDS.

Continuamos a investir em soluções tecnológicas que contribuam para a melhoria da qualidade de vida da população, assim como dos serviços públicos prestados.

Tal traz poupanças financeiras ao Município de Tondela, pela redução significativa dos gastos com a iluminação pública, mas também reduz a emissão de gases com efeito de estufa. E para além do baixo consumo e sustentabilidade, têm ainda um mais longo tempo de vida.

Ao mesmo tempo, são religadas outras, que estão previstas no quadro do citado plano, em articulação com os senhores presidentes de junta.

Neste momento, foram religadas luminárias em várias ruas da cidade de Tondela, nomeadamente na Rua Dr. Ricardo Mota, Rua José Bernardo da Silva, Rua Comandante João Ferreira, Rua Flausino Torres e Rua Branca de Gonta Colaço.

Assumimos sempre que tal não poderia ser uma medida avulsa, uma vez que a coesão e a solidariedade territorial determinam que este assunto seja abordado no quadro geral do concelho. Tal como ocorreu agora.

Assim, revemos com critério toda a rede de iluminação pública, tendo em conta áreas da cidade mais sensíveis. No entanto, não deixaremos de continuar a seguir critérios de racionalidade e boa gestão.



3-

Neste período foram várias as ações que mereceram o envolvimento permanente do Município de Tondela, com visita a várias freguesias, mas também um conjunto de reuniões com diferentes instituições e entidades.

Destaque para as reuniões na Secretaria de Estado do Ambiente, centrada na avaliação do sistema de bioresíduos, cuja análise não deixará de ter implicações no quadro do modelo de gestão e dos custos associados a esta componente de recolha.

Observe-se que todos os estudos apontam para valores muito elevados deste sistema de tratamento, porventura mais de três vezes do custo atual, implicando avaliar o modelo de recolha, já que um sistema porta a porta não é eficaz em territórios como os do Planalto.

Neste quadro, a CVO – Central de Valorização Orgânica - teria capacidade para tratamento, mas implica que a matéria orgânica tenha recolha seletiva, evitando a entrada de outros materiais que poriam em causa o seu funcionamento.

Toda esta operação, mais adequada para grandes centros urbanos, pela escala que traduzem, arrastará, inegavelmente, mais custos para cidadãos, o que se terá de mitigar.

Razão pela qual, nas reuniões havidas, haja defendido um modelo de equilíbrio financeiro, sustentado num EVEF – Estudo de Valorização Económico e Financeiro, que venha a incorporar uma componente de financiamento público, sobre pena de tal ser insustentável.

Para melhor precisar a situação dos bioresíduos, importa lembrar o relatório nacional referente a 2017 (o último publicado): *“Com efeito, têm sido identificados constrangimentos relativamente à produção de composto por parte das entidades gestoras, que abrangem problemas de índole técnica, bem como dificuldades de escoamento do mesmo. Em 2017, a produção de composto foi equivalente à de 2016, tendo sido valorizadas cerca de 54 mil toneladas, o que corresponde a 77 % da produção. Por outro lado, o quantitativo de composto produzido corresponde a 8 % do total de resíduos submetidos a tratamento biológico.”*



Ainda no quadro da gestão da AMRPB, importa referir que esta entidade está a ultimar o estudo da construção da ampliação e uma parte da nova célula de deposição, cuja vida útil se prevê, com base nos dados de deposição atuais, para mais 5 anos de vida útil. Estima-se um investimento, inevitável, próximo de 1,5 milhões de euros.

Por fim, referira-se a aprovação de uma significativa candidatura ao POSEUR, no âmbito da ECOBEIRÃO, próxima dos 7 milhões de euros, visando a construção de uma unidade de tratamento da designada "fração resto".

Esta componente integra os resíduos que provem da recolha seletiva, ou retirados da Unidade Triagem, mas cujo grau de deterioração não permite serem encaminhados para a cadeia dos valorizáveis, mas que também se deve impedir a sua deposição em aterro.

A solução poderá passar para o tratamento numa unidade de CDR – Combustíveis Derivados de Resíduos. Aqui, os mesmos serão triturados, e aplicados processos de secagem que permitam a eventual integração numa produção de energia, ou gaseificação.

Espera-se o desenvolvimento das linhas de gestão que, no futuro, devenham a contribuir para as metas do PERSU2020, diminuindo muito expressivamente a deposição em célula de aterro.

4-

Por fim, queria também dar conta de uma reunião com a ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública e Secretário de Estado da Descentralização e da Administração Local, onde foram abordados, entre outras, matérias associadas à descentralização ou transferência de competências.

De forma genérica, importa referir que é transversal o sentimento que no domínio da Educação se impõe várias condições, como seja:

- Reavaliar o rácio de alunos por assistente operacional, com particular incidência em territórios de baixa densidade, onde há escolas com menos e 21 alunos e que, no atual quadro, não teriam nenhuma Assistente Operacional;



- Rever o modelo de financiamento dos transportes escolares, já que o existente se apoia na escolaridade obrigatória até ao 9º ano, quando não é esse o quadro atual;

- Assegurar o financiamento de material e do parque informático (que tem de ser renovado de forma contínua).

- Permitir a mobilidade de colaboradores inter-agrupamentos.

. Garantir o financiamento de edifícios cujo grau de deterioração implica obras de maior dimensão, como seja a remoção de coberturas de amianto, sob pena de os mesmos se manterem na gestão do Ministério da Educação.

Nestes termos, importa clarificar que estas competências só entrarão, no limite, em vigor a 01 de setembro de 2021, não sendo de estranhar o recente movimento, liderado por municípios como Matosinhos, Gondomar ou Porto, a solicitarem o escalonamento destas competências.

Consta-se a necessidade de garantir modelo de financiamento que satisfaça a melhoria da qualidade da resposta e que não coloque em colapso a gestão financeira de municípios com menor dimensão. Atente-se que do estudo feito pelo Município e apresentado à tutela, só em recursos humanos, estima-se um deficit próximo de um milhão de euros!

Se tal não for assegurado, certamente que daí advirá um constrangimento financeiro em relação a outras responsabilidades e projetos do Município.

Tondela, 04 de fevereiro de 2020

O Presidente da Câmara Municipal de Tondela,

.....

SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE TONDELA

1. INTRODUÇÃO

No cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (regime jurídico das autarquias locais), apresenta-se de seguida informação relativa à situação financeira do Município, no período compreendido entre 01 de janeiro e 03 de fevereiro de 2019.

2. RECEITA

2.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período: (entre 01-01-2020 e 03-02-2020)

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		RECEITA PREVISTA CORREGIDA	RECEITA COBRADA BRUTA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (9,32%)	PESO DA EXECUÇÃO PCB NA RECEITA TOTAL
CAP	DESIGNAÇÃO	16	17	18 (17/16)*100%	19 (18-9,32%)	20
Receitas Correntes		19 010 976,41	380 671,86	2,00%	-7,32%	99,94%
01	IMPOSTOS DIRECTOS	4 243 166,76	0,00	0,00%	-9,32%	0,00%
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	80 859,94	000,56	0,74%	-9,68%	0,16%
04	TAXAS, MULTAS, O. PENALIDADES	284 618,67	63 016,62	22,13%	12,81%	16,66%
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1 218 103,00	681,04	0,06%	-9,26%	0,18%
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11 279 522,14	91 958,15	0,82%	-8,50%	24,16%
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1 736 614,00	197 902,09	11,40%	2,08%	61,97%
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	167 901,00	28 413,41	15,73%	6,41%	6,94%
Receitas de Capital		14 840 812,00	227,71	0,00%	-9,32%	0,06%
09	VENDA BENS INVESTIMENTO	20,00	0,00	0,00%	-9,32%	0,00%
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	14 830 891,00	0,00	0,00%	-9,32%	0,00%
12	PASSIVOS FINANCIEROS	-	-	-	-	-
13	OUTRAS RECEITAS CAPITAL	10 000,00	0,00	0,00%	-9,32%	0,00%
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1,00	227,71	22771,00%	22781,68%	-
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	-	-	-	-	-
TOTAL GERAL		33 851 887,41	380 799,57	1,12%	-8,20%	100,00%



Da análise ao quadro síntese da execução orçamental da receita verifica-se que o Município de Tondela regista, no final do período em análise, uma taxa de execução da receita de 1,12%, apresentando um desvio negativo face ao grau de execução de 8,2%.

Analisando a estrutura da receita, ressalta a execução em termos de valores absolutos, registada no capítulo de venda de bens e serviços correntes, capítulo onde estão refletidos os serviços específicos das autarquias (Saneamento e resíduos sólidos) e que, de grosso modo, assumem um peso de 52% no total da receita do Município. Igualmente expressiva, em valores absolutos, embora com um peso menos significativo na estrutura global da receita, cerca de 24%, encontram-se as transferências correntes.

Em síntese, a receita cobrada bruta atingiu, neste período, o montante total de 380.799,57€.

Importa mencionar que, não se encontra, ainda, refletido na execução orçamental da receita, o saldo da gerência anterior, que só será incorporado na primeira revisão orçamental do ano.

3. DESPESA

3.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período: 01/01/2020 a 09/07/2020

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES CORRIDAS	DESPESA PAGA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (9,32%)	PESO DA EXECUÇÃO OP. NA DESPESA TOTAL
CAP	DESCRIÇÃO	€	€	em % (op. 9,32%)	em % (op. 9,32%)	%
	Despesas Correntes	16 641 825,41	820 327,78	5,28%	-4,04%	66,50%
01	Despesas com Pessoal	6 482 849,00	347 421,49	5,36%	-3,96%	29,01%
02	Aquisição de Bens e Serviços	6 402 010,41	457 091,05	7,14%	-2,18%	38,17%
03	Juros Outros Encargos	22 834,00	0,00	0,00%	-0,32%	0,00%
04	Transferências Correntes	2 551 993,00	15 295,22	0,60%	-0,72%	1,28%
06	Outras Despesas Correntes	82 239,00	620,00	0,63%	-0,69%	0,04%
	Despesas de Capital	18 409 962,00	377 227,68	2,05%	-7,27%	31,88%
07	Aquisição de Bens de Capital	15 582 042,00	357 555,51	2,30%	-0,98%	30,69%
08	Transferências de Capital	2 231 151,00	9 672,17	0,43%	-0,85%	0,01%
09	Activos Financeiros	72 375,00	0,00	0,00%	-0,32%	0,00%
10	Passivos Financeiros	508 704,00	0,00	0,00%	-0,32%	0,00%
11	Outras Despesas de Capital	35 690,00	0,00	0,00%	-0,32%	0,00%
	TOTAL	33 951 687,41	1 197 555,46	3,53%	-5,79%	100,00%

Face à análise do quadro síntese da execução orçamental da despesa, podemos concluir que o Município de Tondela regista, no fim do período em análise, uma taxa de execução da despesa total de 3,53% sendo, o grau de execução esperado de 9,32%, representando um desvio negativo de 5,79%.

Não obstante o facto da análise de períodos inferiores a 12 meses provocar distorção dos dados (uma vez que, o cálculo da execução orçamental da despesa tal como deve ser efetuado, nesta fase, gera obrigatoriamente dados enviesados, uma vez que nem todas as despesas ocorrem de forma regular ao longo do ano e a despesa prevista não tem de estar necessariamente paga), é fundamental ressaltar a entrada em vigor do novo normativo contabilístico para as autarquias locais a 01 de janeiro de 2020, o SNC-AP, que naturalmente originou atrasos e constrangimentos, face à sua implementação, em todos os processos relacionados com a execução da despesa e que contribui fortemente para que os indicadores apresentem valores reduzidos.

3.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período 01-01-2020 a 03-02-2020

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÃO CORRIGIDA	COMPROMISSOS	GRAU DE EXECUÇÃO DOS COMPROMISSOS
CAP	DESIGNAÇÃO	(1)	(2)	(3) = (2)/(1)*100%
Despesas Correntes		15 541 925,41	12 424 136,72	79,94%
01	Despesas com Pessoal	6 482 849,00	6 076 588,39	93,73%
02	Aquisição de Bens e Serviços	6 402 010,41	4 673 254,30	73,00%
03	Juros Outros Encargos	22 834,00	22 128,12	96,91%
04	Transferências Correntes	2 551 993,00	1 620 812,25	63,51%
06	Outras Despesas Correntes	82 239,00	31 353,66	38,13%
Despesas de Capital		18 409 962,00	13 321 487,94	72,36%
07	Aquisição de Bens de Capital	15 582 042,00	10 870 344,10	69,85%
08	Transferências de Capital	2 231 151,00	1 870 841,11	83,84%
09	Activos Financeiros	72 375,00	36 187,50	50,00%
10	Passivos Financeiros	508 704,00	508 854,78	99,99%
11	Outras Despesas de Capital	35 690,00	35 060,45	98,22%
TOTAL		33 951 887,41	25 745 624,66	75,83%

Através da análise do quadro acima podemos constatar que, à data do reporte, no que diz respeito a despesas correntes, já comprometemos 79,94% da dotação orçamental do Município, enquanto que nas despesas de capital essa execução encontra-se nos 72,36%.

No que diz respeito à totalidade de compromissos, a sua execução encontra-se a na ordem dos 76%.

Do total dos compromissos assumidos de 25.745.624,66€, até à data de 03-02-2019, cerca de 19M€ são compromissos transitados do ano anterior.

3.3. COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º e n.º 4 do artigo 16.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei do Compromissos e Pagamentos em Atraso - LCPA) e do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho a Assembleia Municipal aprovou, no artigo 10º da Norma de Execução Orçamental dos Documentos Previsionais de 2019, na reunião do dia 17 de dezembro de 2018, uma autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos casos em que:

- a) Resultem projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano;
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove Euros e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos;
- c) Resultem de reprogramações financeiras decorrentes de acordos de pagamentos, quando legalmente admissíveis, e alterações ao cronograma físico e/ou financeiro de investimentos e outras despesas.

Face ao que precede verificou-se que se assumiram os seguintes compromissos plurianuais entre 01-01-2020 e 03-02-2020.

COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS DE 01/01/2020 A 03/02/2019					
(Ao abrigo da autorização prévia concedida em 17/12/2018 pela Assembleia Municipal)					
Descrição sumária do compromisso plurianual	2021	2022	2023	2024	Seguintes
Criação Plataforma Web Única - Framework, Lda	26 898,95 €				

Cláudio
S
L

4. CONCLUSÃO

Estando decorridos apenas 34 dias do ano de 2020, poderemos concluir que o indicador da receita e da despesa se encontram abaixo do padrão, salientando que, para além da fragilidade da definição de um valor padrão de análise de execução orçamental para um período inferior a doze meses, não se pode descurar todo o constrangimento que causa a implementação do novo sistema de normalização contabilística para as autarquias locais, o SNC-AP, em todos os processos relacionados com a execução orçamental, quer seja do lado da receita quer seja da parte da despesa.

Tondela, 03 de fevereiro de 2019

A Chefe de Divisão de Economia e Finanças,



A NOSSA CIDADE

Tendo completado 32 anos de idade no passado dia 18 de dezembro de 2019, Tondela, tem tido um crescimento sustentável, em domínios fundamentais como a indústria, o ensino, o desporto e a cultura, domínios que são naturalmente visíveis para quem cá vive e para quem nos visita.

Todavia, muito há a fazer em coisas menores, mas nem por isso menos importantes para o dia-a-dia da cidade. Coisas pequenas dirão uns, coisas mesquinhas dirão outros.

Uma das coisas de que Tondela peca, é na sua iluminação. Existem zonas na cidade quase às escuras, ou por falta de lâmpadas ou pelas que existem algumas se encontrarem fundidas.

Considero também, que a falta de luz durante 4 dias no nosso ex-libris, que é o Parque da cidade é absolutamente injustificável e denota algum laxismo, que é necessário corrigir.

O mesmo acontece com os nossos monumentos, que apenas podem ser vistos durante o dia. Como acontece hoje em quase todas as cidades e vilas do nosso País, deveria haver a preocupação de dotar os nossos monumentos com focos elétricos, de modo a torna-los visíveis, a quem apenas tem a possibilidade de os visitar durante a noite.

A parte velha da cidade, berço único de quase todos os nossos antepassados, vive numa melancolia total, pesem as promessas de décadas para a ^{reestruturar} ~~a~~ reestruturar. Outrora cheia de vida, é hoje bastante difícil, encontrar lá alguém, a partir de determinada hora da noite. As grandes superfícies vieram ofuscar, o pouco comércio que havia no local, e os dois restaurantes que existiam no Largo 1º de Maio, fecharam por falta de clientes.

A existência de um Clube de Futebol na primeira Liga, como é o Clube Desportivo de Tondela, independentemente da grande



projeção que veio dar à nossa cidade em todos os pontos do País, acalentou a ideia aos tondelenses, que tal benfeitoria, iria contribuir decisivamente para o desenvolvimento do nosso turismo, sobretudo no setor hoteleiro.

Por estranho que pareça, quem mais beneficiou com a subida do CDT à primeira Liga, foi a cidade de Viseu, que tem aproveitado de forma visível as nossas fragilidades nesse setor e no setor gastronómico.

Faltam pois em Tondela, estruturas hoteleiras, e restaurantes apelativos, para quem nos visita no dia dos jogos, e não só.

É evidente que não compete ao Município, sobrepor-se ao setor privada na criação destas infraestruturas.

Mas pode, penso eu, apelar e ajudar uma classe empresarial mais dinâmica e visionária, e que não tenha nos seus objetivos o lucro imediato.

Embora difícil, creio não ser impossível, tendo em conta as condições excecionais e uma beleza natural, que todos que nos visitam atribuem a Tondela, aproximarmo-nos mais de uma cidade moderna do que de uma vila desenvolvida.

Tondela, 11 de Fevereiro de 2020.

Abílio Rodrigues dos Santos